

JÉSSICA MARIA DOS SANTOS

Escolas Sustentáveis no Brasil: As COM-VIDAS – “Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida” – como mobilizadoras da participação da comunidade local e de transformações socioambientais nas escolas



ARARAQUARA – S.P.
2019

JÉSSICA MARIA DOS SANTOS

Escolas Sustentáveis no Brasil: As COM-VIDAS – “Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida” – como mobilizadoras da participação da comunidade local e de transformações socioambientais nas escolas

Dissertação de Mestrado, apresentado ao Conselho, Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – Unesp/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Política e Gestão Educacional

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ribeiro

ARARAQUARA – S.P.
2019

Santos, Jéssica Maria

Escolas Sustentáveis no Brasil: As COM-VIDAS –
Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida – como
mobilizadoras da participação da comunidade local e de
transformações socioambientais nas escolas / Jéssica Maria
Santos — 2019

89 f.

Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) —
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho",
Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)

Orientador: Ricardo Ribeiro

Ficha catalográfica elaborada pelo sistema automatizado com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Escolas Sustentáveis no Brasil: As COM-VIDAS – “Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida” – como mobilizadoras da participação da comunidade local e de transformações socioambientais nas escolas

Dissertação de Mestrado, apresentada ao Conselho, Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras – UNESP/Araraquara, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação Escolar.

Linha de pesquisa: Política e Gestão Educacional
Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ribeiro

Data da defesa: 15/04/2019

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Prof. Dr. Ricardo Ribeiro

Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara.

Membro Titular: Prof. Dr. Sebastião de Souza Lemes

Universidade Estadual Paulista – Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara

Membro Titular: Prof^a Dr. Silene Fontana

Centro Universitário Padre Albino UNIFIPA – Catanduva SP

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

Dedico este trabalho a todos aqueles que, como eu, ainda acreditam nos ensinamentos de Gandhi. Que possamos assim, coletivamente, ser a diferença que procuramos no mundo.
Que possamos crer e que possamos ser.

“Sonho que sonhamos juntos é realidade”
Raul Seixas

AGRADECIMENTOS

Uma querida amiga sempre diz: “Gratidão é uma dívida que não prescreve!”, portanto sou grata a Deus e ao universo por todas as experiências, que de uma forma ou outra, me permitem dia a dia me lapidar enquanto pessoa, enquanto mulher, enquanto educadora e também, enquanto busca pelo entendimento e realização de uma cidadania planetária.

Sou grata de forma especial aos meus pais e amigos que, cada qual a sua maneira, olham para minha essência com ternura, esperança e admiração. Isso é impulsionador! Assim, e de forma simples, crescemos juntos! (...) Juntos sempre vamos além, É imensa a minha alegria por estar com cada um de vocês, nesta existência.

Minha gratidão e admiração impar a duas amigas, que diante do olhar carinhoso sobre as possibilidades de construir educação emancipatória, me incentivaram ao desafio da vida acadêmica: Rosa Maria Toro Tonissi lhe serei eternamente grata por me apresentar a proposta de Escolas Sustentáveis e junto contigo vivenciar experiências marcantes frente a COM-VIDA da E.M. Dr. João Ferreira Lopes, Barretos/SP, que assim, contribuiu para minha emancipação enquanto pedagoga e educadora ambiental. Silene Fontana jamais prescreverá minha gratidão diante da fé que você deposita na minha contribuição enquanto pessoa e profissional da educação. São mulheres como vocês que fazem a luta pela educação formal e não formal valer a pena. São exemplos como os de vocês que nos permite olhar a educação com profissionalismo, esperança e ternura.

Aos meus queridos professores e doutores Ricardo Ribeiro e Sebastião de Souza Lemes, gratidão por contribuírem com a minha emancipação intelectual, me guiando nessa desafiadora jornada acadêmica e essencialmente reavivando minha crença em políticas públicas de fato contributivas para a emancipação e desenvolvimento socioeducacional em nosso país. Nem todos os caminhos são únicos, únicas são nossas formas de caminhar... Obrigada pela companhia nesta trajetória.

RESUMO

Fruto de Políticas Públicas de Educação Ambiental, a proposta de Escolas Sustentáveis no Brasil pode contribuir para que cada escola se torne um “espaço irradiador de sustentabilidade para a comunidade”. As formas como esses processos se desenvolvem nas diferentes escolas, com destaque para a proposta de criação das COM-VIDAS “Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida”, são o foco deste trabalho. Diante da relevância do tema exposto, este presente estudo teve como objetivo compreender a proposta de criação das COM-VIDAS e sua capacidade de mobilizar a participação da comunidade local, assim como as transformações socioambientais nos espaços escolares, possibilitadas pelas ações desenvolvidas através dessas Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida.

A pesquisa partiu do questionamento: “O que são Escolas Sustentáveis?” e a busca para compreender essa indagação desencadeou olhares específicos para o entendimento de como essa proposta se desenvolve no Brasil, com destaque para o Programa Nacional de Escolas Sustentáveis, para as Conferências InfantoJuvenis para o Meio Ambiente, as COM-VIDAS, também fruto de Processos Formativos em Escolas Sustentáveis. Os procedimentos metodológicos da dissertação destacaram a abordagem teórica, exploratória e qualitativa, sendo concretizado por meio de pesquisa bibliográfica e análise teórica documental. Como resultado a pesquisa reforça o desafio da formação de sujeitos ecologicamente orientados e aspectos positivos diagnosticados em escolas brasileiras que, através de ações de educação ambientais participativas, desencadearam mudanças expressivas no cotidiano escolar, através de ações da COM-VIDA e conseqüente envolvimento da comunidade local. Este trabalho destaca as experiências transformadoras vivenciadas por uma escola pública municipal da cidade de Barretos/SP, além de outros exemplos relevantes sobre a temática investigada.

Palavras-chave: COM-VIDAS; Escolas Sustentáveis; Educação Ambiental; Políticas Públicas.

ABSTRACT

Fruit from Public Policies of Environmental Education, the proposal of Sustainable Schools in Brazil can contribute to each school to become “a space which radiates sustainability to the community”. The ways these processes develop at different schools, with particular reference to the proposal of the creation of the COM-VIDAS “Commissions of the Environment and Life Quality”, are the focus of this work. Considering the importance of the topic exposed, this current study aimed to understand the proposal of the creation of the COM-VIDAS and its potential to mobilize the participation of the Local Community, as well as the socio-environmental changes in the schools, enabled by the actions developed through these “Commissions of the Environment and Life Quality. The research emerged from the questioning: “What are Sustainable Schools ? ” And the search to understand this inquiry triggered specific views to the understanding of how this proposal is developed in Brazil, notably the National Program of Sustainable Schools, the Youth Conference to the Environment and the COM-VIDAs - Commissions of the Environment and Life Quality, also fruit from Formative Processes in Sustainable Schools. The methodological procedures of the dissertation highlighted the Theoretical Approach, exploratory and qualitative, accomplished through bibliographical research and documental theoretical analysis. As a result, the research reinforces the challenges of the formation of subjects ecologically oriented and positive aspects diagnosed in Brazilian schools which, through actions of participative environmental education, caused substantial changes in the school routine, through actions of the COM-VIDA and the resulting engagement of the local community. This work highlights the transformational experiences gone through by a municipal public school from the city of Barretos/SP, aside from other relevant examples on the investigated subject area.

Keywords: COM-VIDAS; Environmental Education; Public Policies; Sustainable Schools.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Premissas da Sustentabilidade.....	24
Figura 2 – Cultura da sustentabilidade.....	25
Figura 3 – Dimensões e seus desdobramentos.....	45
Figura 4 – Oferta dos Processos Formativos no Brasil em 2015.....	49
Figura 5 – Lixeiras na escola	71
Figura 6 - Lixeiras para separação de materiais recicláveis	72
Figura 7 - Coletores de papel para reciclagem.....	72
Figura 8 - Lavabos.....	73
Figura 9 – Escovodromo.....	73
Figura 10 – Árvores plantadas na escola	74
Figura 11 – Desobstrução de tronco de arvores	74
Figura 12 – Horta escolar	76
Figura 13 – Adequação da sala dos professores	75
Figura 14 – Composteira	76
Figura 15 - Redesenho da planta baixa da escola antes da ação da COMVIDA	78
Figura 16 - Redesenho da planta baixa da escola depois da ação da COM-VIDA	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CEAD	Centro de Educação a distância
COM-VIDA	Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida
CGEA	Coordenadoria Geral de Educação Ambiental
COE	Comissão Organizadora Estadual
CJ	Coletivo Jovem
DEDS	Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável
DCNEA	Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental
ES	Escolas Sustentáveis
EA	Educação Ambiental
EAD	Educação a Distância
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MMA	Ministério do Meio Ambiente
PNUMA	Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PNJMA	Plano Nacional de Juventude e Meio Ambiente
PCN	Parâmetros Curriculares Nacionais
PNEA	Plano Nacional de Educação Ambiental
PPP	Projeto Político Pedagógico
REJUMA	Rede de Juventude pelo Meio Ambiente
SEMA	Secretaria Especial de Meio Ambiente
SECAD	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UFOP	Universidade Federal de Ouro Preto

UFMT	Universidade Federal do Mato Grosso
UFMS	Universidade Federal do Mato Grosso do Sul
UNESCO	Organização das Nações Unidas para Educação, Ciências e Cultura
ONU	Organização das Nações Unidas

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
1 INTRODUÇÃO	17
2 SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL.....	23
2.1 Educação Ambiental no cenário Educacional.....	30
3 CONFERÊNCIAS INFANTOJUVENIS PARA O MEIO AMBIENTE: CAMINHO PARA A CRIAÇÃO DAS COM-VIDAS.....	35
4 POLÍTICA PÚBLICA E O PROGRAMA NACIONAL DE ESCOLAS SUSTENTÁVEIS.....	38
4.1 Processos Formativos em Escolas Sustentáveis e COM-VIDA.....	48
5 COM-VIDAS COMO MOBILIZADORAS DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL E DE TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS NAS ESCOLAS.....	61
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	85

EU TAMBEM SOU O QUE SÃO MINHAS MEMÓRIAS!

Os passos que me levaram para a Educação ambiental...

Pensei inúmeras formas de tornar esta pesquisa verdadeiramente marcante em minha vida. Compreender que o saber científico está para além de exigências acadêmicas, acabam por nos colocar, mesmo que de forma discreta, como autores da compreensão de signos e significados.

Talvez minha maior satisfação neste processo, plausível a erros e repleto de desafios, seja de fato, compreender que nada é, tudo está sendo! E isso pode ser reconfortante, tendo em vista o sombrio momento que estamos vivenciando, em praticamente todas as esferas administrativas. Há um assustador desmonte, no que se refere a Educação Ambiental, no MEC – Ministério da Educação e MMA – Ministério do Meio Ambiente. Reside um descontentamento no que tange as políticas públicas sociais, principalmente as ligadas a possibilidade de redução de desigualdade social. São tempos incertos, em que nosso país, que sempre viveu o mito da democracia racial, hoje demonstra em suas manchetes cotidianas, que desvaloriza cada vez mais, e de forma violenta, seu maior bem, a diversidade!

Sou funcionária pública municipal e atuando em escola, observo a cada dia, o quando uma má gestão pode comprometer a qualidade de processos educativos.

Poderia dizer que finalizo mais uma etapa de formação acadêmica através do mestrado mas, acho mais coerente afirmar, que fecho mais um ciclo de evolução educativa. Encerro uma etapa que me permitiu saber mais sobre mim (limites e superações), e que também possibilitou compreender, de forma mais concisa, nosso papel enquanto sujeitos sociais, ecológicos e históricos. E isso, ah... isso não acaba! Não me descobri pesquisadora neste processo, mas me lapidei enquanto “aprendente” e como dizia Freire “Quem ensina aprende ao ensinar, e quem aprende ensina ao aprender.” Assim, como a eterna Coralina sigo feliz nesse eterno aprender...

Sou fruto de uma criação simples, de gente sincera e com todo encanto que cidades do interior podem ter. Assim foi minha infância, sem luxo, simples, mas repleta de boas e amorosas memórias afetivas. Fui criança que subiu em árvore, fui moleca de brincar na rua, construía, por escassa condição financeira, bonequinhas e brinquedos de argila, do riachinho que passava perto de casa, conheci assim, desde jovem, a riqueza que é enxergar possibilidades em contextos naturais. Pesquei com pai, limpei a casa e fiz bolinho com a mãe,

fui criança feliz por crescer numa família tão dedicada e trabalhadora, que sempre valorizou o poder do afeto e assim, sem amarras, fui crescendo e percebendo que podia voar, com a mesma liberdade daquela pipa que empinava quando criança no campinho do bairro onde morava. Ali morei por quase duas décadas, tempo esse que aprendi a ser gente ao lado de pessoas. Aprendi a ser filha, irmã, tia, amiga, estudante... protagonista!

Assim iniciou-se minha trajetória como educadora ambiental, como estudante! Em 2002, já passado por anos de auto descobrimento e fortalecimento da minha identidade étnico racial, era uma adolescente comunicativa, altruísta, curiosa e “gente boa”, cursava o 3º ano do CEFAM – Centro Específico de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério de Adamantina/SP, minha cidade natal. Tais características, aliadas a uma significativa responsabilidade escolar, me tornaram presidente do grêmio estudantil da escola. Junto a outros amigos do colégio colocamos em prática diversas atividades educativas que envolviam Arte, Cultura e práticas ambientais na escola. Assim nos tornávamos visíveis e importante a comunidade escolar, colocando em prática os ensinamentos de função social, que o curso tanto nos ensinava na escola. Tal protagonismo nos tornou parceiros de uma ONG socioambiental da cidade, a AAPROMAM – Associação Adamantinense de Proteção ao Meio Ambiente, os membros participantes eram ativos e especiais, o que permitiu amizades duradouras, porém a ONG afunilava suas ações para questões de fiscalização e denuncia de crimes ambientais. Como estudantes do magistério notamos que podíamos contribuir ao ampliar a atuação da ONG também para a temática da Educação Ambiental, assim surgiu o grupo PANDA – Dedicção Ambiental a Natureza e Dedicção Ao que fazemos. E assim eram as ações que desenvolvíamos: dedicadas! Nesse processo de dedicação a natureza construíamos, aquilo que posteriormente aprendi como Educação Ambiental Crítica, começávamos a sujeitos ecológicos, diagnosticávamos e transformávamos de forma participativa o ambiente a nossa volta.

Primeiro na escola e depois na comunidade, nos tornamos aos poucos sujeitos históricos, referência de Educação Ambiental participativa na cidade e região através de nossos projetos, formações e palestras. Fui grupo PANDA até 2005, ano em que mudei para Barretos para lecionar na Secretaria Municipal de Educação, concomitantemente ao período em que estudei e me formei em Pedagogia no Centro Universitário de São José do Rio Preto/SP. Trabalhei como professora alfabetizadora por três anos, após aprovação no estágio probatório e finalização da graduação em Gestão escolar em 2009, passei a atuar na

coordenação pedagógica na E.M. Dr. João Ferreira Lopes, lugar especial, que me permitiu descobrir o que verdadeiramente juntos vamos mais longe.

Em Barretos/SP, a partir do Curso Educação Ambiental: da reflexão coletiva a ação, formação essa formulada através de uma parceria entre Secretaria Municipal de Educação e Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, retomei minhas demandas como educadora ambiental. Fiz amigos no curso, que se tornaram significativos parceiros de trabalho.

Em 2011, através das ações que desenvolvíamos com a comunidade escolar e colegas da escola conheci a Sr^a Rosa Maria Toro Tonissi, mãe de alunos da escola, bióloga e especialista em Educação Ambiental. Sempre atuante e querida, hoje grande amiga, Rosa me solicitou apoio para desenvolver ações de Educação ambiental na escola, uma vez que estava finalizando um curso intitulado “Processos formativos em Escolas Sustentáveis e COM-VIDA”. A equipe gestora da escola sempre foi diferenciada e por consequência valorizava a participação da família e demais membros da comunidade na escola, principalmente devido a postura do diretor, que além de sempre valorizar processos de ensino, possuía uma relação horizontal com a comunidade. Por consequência dessas interações criou-se a COM-VIDA, não necessariamente dentro dos moldes previstos pela proposta de Escolas Sustentáveis do MEC, mas buscando atender ao diagnóstico, necessidades e possibilidades da nossa escola. Desenvolvemos com a comissão diversas atividades de diagnóstico socioambiental na escola, através de uma metodologia intitulada Planilha Marco Zero, que posteriormente nos permitiu construir propostas e ações para melhoria do espaço físico, do currículo, da gestão e do entorno da escola de forma coletiva com a comunidade escolar.

Devido as atividades que desenvolvíamos, a COM-VIDA da E.M. Dr. João Ferreira Lopes, preconizou diversos movimentos de Educação Ambiental na cidade de Barretos/SP, inclusive servido de modelo para demais escolas após sua participação na Rio + 20 em 2012 e também da participação do COM-VIDEO (documentário produzido pelo MEC para a Rio + 20 e material referenciado para as Conferencias Infantojuvenis para o Meio Ambiente).

A COM-VIDA foi o instrumento que me permitiu saber mais sobre a Educação Ambiental, pois refletíamos sobre nossas ações e a Educação ambiental me possibilitou saber mais sobre mim mesma e, essencialmente, resignificou meu papel e percepção sobre ser pedagoga e gestora educacional.

De 2011 a 2015, através do protagonismo e parcerias oportunizadas pela COM – VIDA, fomos mobilizadores de diversas transformações socioambientais no município de

Barretos. Membros da COM-VIDA se tornaram amigos e fundaram o grupo Barretos + Verde, especificamente voltado para questões de arborização urbana.

Pautados na experiência positiva da COM-VIDA, com a criação da “quadra modelo”, onde o objetivo foi arborizar todo o entorno da escola, e tendo em vista o déficit de árvores diagnosticado no município, o grupo desenvolveu ações que envolviam a parceria das Secretarias Municipais de Educação, Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, COM-VIDA e sociedade civil através de palestras e plantios junto a população aos finais de semana.

Ao divulgar as ações da COM-VIDA através da participação em congressos da área de Educação Ambiental, tais como “Diálogos Inter bacias hidrográficas, Simpósio de Gestão Ambiental e Sustentabilidade EMANP – Encontro de Meio Ambiente do Norte Paulista, Fórum Brasileiro de Educação Ambiental entre outros, e por possuir um Polo da UAB – Universidade Aberta do Brasil, efetivamos em 2013 uma parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP, que possibilitou oferecer a sociedade civil e educadores locais e do estado de São Paulo, de todas as etapas de ensino, o Processo Formativo em Escolas Sustentáveis e COM-VIDA, inclusive como pós graduação de 360h em 2014/2016.

Dentro da perspectiva de rede, criamos em 2013 a COTEA – Comissão Técnica de Educação Ambiental de Barretos/SP, que enredava educadores ambientais da Secretaria Municipal de Educação e Meio Ambiente objetivando fortalecer as ações de Educação Ambiental do Sistema Municipal de Educação e do município de forma geral, em parceria com outros órgãos e associações, tais como Comitê de Bacia Hidrográfica do Baixo Pardo Grande, ONGs socioambientais da cidade, Sindicato rural e demais entidades do território. Com a COTEA realizamos diversas ações com o objetivo de mobilizar as escolas para a criação de suas COM-VIDAS ou, ao menos, sistematizarem suas ações de educação ambientais já praticadas. Foram formações voltadas para gestores, educadores de educação infantil, ensino fundamental, assim como o assessoramento para a elaboração de projetos específicos para cada unidade escolar, garantindo o reconhecimento das características e necessidades do território.

Com o objetivo de ampliar os espaços de formação e sensibilizar os educadores municipais e sociedade civil realizamos, em março de 2014, o I Fórum Municipal de Educação Ambiental de Barretos, evento que contou com a participação de representantes do Ministério da Educação (MEC), Ministério do Meio Ambiente (MMA), Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), Universidade de São Paulo (USP), Rede Brasileira de Educação

Ambiental (REBEA), Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e Instituto Federal de São Paulo – Campus Barretos, dentro outras instituições e colaboradores essenciais para o desenvolvimento dos debates, palestras e minicursos. Ao estar presente nesse processo, que considero um momento marcante em minha trajetória profissional, a frase “sonho que sonhamos juntos é realidade” fez todo sentido. Do Fórum originou-se uma carta de intenções e compromissos firmados pelas Secretarias Municipais de Educação e Secretarias de Agricultura e Meio ambiente, todavia diante de contextos políticos e dificuldades para financiamento, poucas coisas foram colocadas em prática. Como consequência positiva desse movimento conseguimos mobilizar a Câmara de vereadores de Barretos para que fosse revogada a Lei n.º 3.517, de 18 de março de 2002, que dispunha sobre a inclusão da disciplina de Educação Ambiental no currículo obrigatório das escolas da rede pública municipal e municipalizada de ensino, se contrapondo a todas as diretrizes e normatizações nacionais que apontam que a Educação Ambiental é transversal e interdisciplinar.

Independente dos altos e baixos alguns processos de Educação ambiental se solidificaram e trouxeram consequências positivas para minha vida: me tornei tutora do Processo Formativo em Escolas Sustentáveis e COM-VIDA ofertado pelo UFOP no Polo da UAB em Barretos/SP. Acompanhei turmas do aperfeiçoamento de 40h e 180h, assim como fui tutora presencial na especialização a distância de 360h ofertada pela universidade. Durante todo esse processo conheci pessoas e lugares, aprendendo e ensinando sobre Educação Ambiental. Participamos em 2015 do 8º World Environmental Education Congress, na Universidade de Gotemburgo, Suécia, momento no qual fui convidada para compor a Rede Latina de Mulheres Ambientalistas e relatar sobre nossos processos e trajetórias como educadoras ambientais no Brasil. No mesmo mês, junto a equipe da UFOP, participamos ativamente do III Congresso Internacional de Educação Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa, em Aveiros, Portugal, onde apresentamos as trajetórias e perspectivas dos Processos Formativos em Escolas Sustentáveis e COM-VIDA ofertados pelo Cead/UFOP, com destaque para a inovação que era, naquele momento, conceber as premissas da sustentabilidade na perspectiva dos observatórios territoriais para o desenvolvimento de ações dentro da proposta de Escolas Sustentáveis.

Em meio a todas as possibilidades que foram surgindo, no decorrer desta jornada como educadora ambiental, ingressei no ensino superior como docente, outra grata descoberta de habilidades e resiliência. Atualmente leciono no Centro Universitário Padre Albino, na cidade de Catanduva/SP, e possui satisfação em declarar o quanto me faz feliz contribuir em

um espaço educativo comprometido com a formação de sujeitos ecológicos e emancipação humana. Sou professora de disciplinas como Educação das Relações Étnico Raciais e Processos Educativos Não Formais e nos diferentes cursos e espaços onde atuo, tais como NAP – Núcleo de Apoio Psicopedagógico e Cultural, tenho a possibilidade de desenvolver ações de educação ambiental no ensino superior com o apoio e parceria dos meus coordenadores e demais membros da equipe.

Permaneço como funcionária pública municipal em Barretos/SP, mas retomei minhas funções como professora alfabetizadora. Lamento pelo Sistema de Ensino Municipal estar atravessando um período de incertezas, com cortes expressivos que geram impactos no cotidiano escolar mas, sigo minha jornada de aprendizados e descobertas, buscando compreender quais serão os novos passos e desafios. Caminho de encontro com a construção de novas e expressivas memórias, e desejo, segundo com o pensamento de Sondro Tonso, colaborar para a construção de Educação Ambiental complexa e coletiva:

“A Educação Ambiental que desejamos deve ser um convite permanente e absolutamente incluído à vida: à nossa própria vida, tornando-nos sujeitos ativos na nossa própria história; à vida da comunidade que nos acolhe e a partir de onde construímos nosso pertencimento e identidade; e à vida do planeta, num reconhecimento de que suas riquezas, para além dos recursos (geralmente de caráter fortemente econômico), constituem-se de elementos e entidades de naturezas e dinâmicas diversas, porém complexas e intimamente ligadas a todos e a cada um de nós. A Educação Ambiental que desejamos é necessariamente complexa, coletiva, subversiva e contra-hegemônica”

1. INTRODUÇÃO

Em um momento em que o mundo aparenta despertar para as questões ambientais, em especial para as mudanças ambientais globais, a Educação Ambiental desponta como uma possível ferramenta na busca da sensibilização humana e construção de um futuro ambientalmente mais equilibrado, assim como na formação de cidadãos planetários, construtores de uma sociedade planetária. De acordo com Gutiérrez e Prado (2002), na sociedade planetária deve-se viver a vida como processo, como fluxo permanente de energias, de situações, de um transcorrer relativamente imprevisível.

Observamos hoje que o consumismo, a desumanização, o desperdício, o uso inadequado dos recursos naturais, em especial dos recursos hídricos, são alguns dos fatores que contribuem para a situação de degradação do planeta. Muito disso por conta, da falta de informação e conseqüente inadequação de posturas, sem é claro deixar de citar as relações opressoras de trabalho e capital, que não são o foco de investigação desse estudo, mas fazem parte do rol de reflexões importantes frente a necessidade de construção de uma cidadania planetária. Destaca-se, portanto, à necessidade de disseminar (e construir) conhecimentos socioambientais, assim como, também nos parece ser de crucial importância sensibilizar as pessoas para que elas percebam o meio ambiente em que vivem, o que está acontecendo com ele e o papel que devem desempenhar para preservá-lo e protegê-lo.

A globalização do modelo de desenvolvimento vivenciado, tem provocado a ruptura do ser humano com seu território de vida, supervalorizando somente alguns padrões de cultura e de conhecimento em detrimento da desvalorização de outros, principalmente dos saberes tradicionais e populares, o que compromete o sentimento de pertença ao território e gera um empobrecimento da identidade cultural (saberes, costumes, crenças, valores, alimentos, vestimentas, hábitos biodiversidade) sufocada pelo consumismo globalizado com relação aos bens materiais e simbólicos (CUNHA, 2015). Essa ruptura já apresenta indícios de comprometimento com a capacidade de suporte do planeta, tendo em vista as cotidianas manchetes que remetem a degradação de paisagens naturais, biomas, fontes de sobrevivência, como a qualidade da água, do solo e do ar, as aparentes mudanças climáticas, além da lamentável degradação das relações humanas.

Considerando a pluralidade de procedências, culturas, valores, histórias de vida e perspectivas diferenciadas, a escola pode constituir um terreno fértil para desencadear processos de construção de uma sociedade sustentável ambientalmente justa, socialmente

igualitária/ equitária, prudente em termos de economia e capital e verdadeiramente feliz, sem é claro desconsiderar que, por possibilitar significativas mudanças sociais, a escola não deve exercer o papel de “redentora”, mas sim incubadora de novas e relevantes possibilidades.

A escola, que por princípio deve ser lugar de formação integral do ser humano, pode contribuir para que essa formação possibilite a existência de seres humanos criativos, solidários e sujeitos da sua própria história e da história da sua comunidade, assim como ambiente para construção coletiva de conhecimento e da busca para a construção de uma sociedade verdadeiramente sustentável. De acordo com Toro – Tonissi (2005) a escola pode assumir papéis estratégicos de resgatar e educar para a sustentabilidade, como também cultivar a territorialidade do ponto de vista socioambiental, por meio da atuação dos docentes, educadores sociais, gestores, pais e demais membros da comunidade local. Destaca ainda, que para tanto, a escola necessita exercer um enfrentamento constante do modelo de sociedade e de desenvolvimento ao qual, historicamente está vinculada, rompendo com modelos de gestão autoritária, propostas pedagógicas ineficazes e com o fechamento à comunidade local. Faz-se necessário romper os “muros e cercas” escolares, reprodutores de conhecimentos descontextualizados e adotar um posicionamento crítico e emancipador através da Educação Ambiental.

Desfazemos aqui a necessidade de traçar um marco histórico da escola no Brasil, e suas transformações em nível de tendências pedagógicas, mas, pontuamos o espaço físico escolar e sua essência filosófica, como campo em desenvolvimento, capaz de se transformar em espaço para construção e aplicação de políticas públicas educacionais e campo de participação popular local, através de uma redefinição do papel da gestão, do espaço físico e do currículo. Portanto, ao que se refere à escola, o presente estudo debruçou-se sobre sua capacidade de transformar-se em espaço educador sustentável¹ e a possibilidade de transição para a sustentabilidade sócio ambiental através da criação/atuação das COM-VIDAS – Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida.

O conceito de sustentabilidade difundido durante muito tempo direcionava-se exclusivamente as questões ambientais e residia sobre a ação antrópica² e os impactos ambientais dessas ações, por isso o foco empresarial abarcou tão fortemente esse conceito, revelando uma preocupação da economia em associar marcas e empresas as questões

¹ Conceito posteriormente apresentado neste estudo

² Ações antrópicas são as alterações realizadas pelo homem no planeta Terra. A ação antrópica na natureza sempre aconteceu, desde os tempos antigos até hoje em dia. Pois sempre quando utilizamos algo do meio ambiente, o alteramos de alguma maneira.

preservacionistas. A sustentabilidade, portanto, passou a ser difundida com três pilares: social, econômico e ambiental, e prega-se, que para se desenvolver de forma sustentável, uma empresa deve atuar de maneira com que esses três pilares coexistam e interajam de forma harmoniosa. A sustentabilidade socioambiental por sua vez, é um conceito que está relacionado a um novo paradigma de desenvolvimento sustentável, concebido como a necessidade de construção de uma cidadania planetária. De acordo com Loureiro(2002), entendemos que, falar em Educação Ambiental transformadora (aquela que concebemos como capaz de contribuir para a sustentabilidade socioambiental), é afirmar a educação enquanto práxis social, que contribui no processo de construção de uma sociedade pautada por novos patamares civilizacionais e societários distintos dos atuais, em que a sustentabilidade da vida e a ética ecológica sejam seu cerne.

De acordo com material base, desenvolvido para a formação docente em Escolas Sustentáveis e COM-VIDA: Processos Formativos em Educação Ambiental/CeadUFOP (2010)³, a escola é concebida como uma importante referência na vida das comunidades. Pontua-se que além do papel que a instituição exerce na formação das pessoas, possui uma influência social que precisa ser cada vez mais fortalecida nesses momentos em que a sociedade clama por valorização da educação e melhoria de qualidade de vida. Sendo assim, coloca a escola no centro do debate sobre a busca da sustentabilidade.

Dentre as proposta para construção de Escolas Sustentáveis e espaços educadores sustentáveis, destaca-se o programa do Ministério da Educação (MEC) “Vamos cuidar do Brasil com as escolas”. Entre as leis e diretrizes que fundamentam a criação de uma COM-VIDA “Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida”, destacam-se o PNEA – Plano Nacional de Educação Ambiental, que regulamenta e formaliza a inclusão da Educação Ambiental transversal em todos os níveis de ensino e em todos os setores da sociedade; a Lei 10.172/2001, que institui o Plano Nacional de Educação e trata a Educação Ambiental como tema contínuo e permanente, estabelecendo a criação de processos de integração da sociedade

³ O curso de aperfeiçoamento Educação Ambiental Escolas Sustentáveis e Com-Vida é um processo formativo para educadores que propõe uma jornada de estudos e práticas que articula ciências, arte, tecnologia, conhecimentos ancestrais, emoção e razão. Segundo orientações da Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC (CGEA) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), o curso aborda as mudanças ambientais globais a partir dos seus impactos nos quatro elementos (água, ar, fogo e terra), visando estimular os profissionais da educação básica a desenvolverem uma educação ambiental contextualizada de forma transversal à prática pedagógica da escola, na medida em que os capacita para a observação do território e da realidade socioambiental, étnica e cultural da comunidade escolar, com percepção político-científica do contexto global. Este trabalho apresenta posteriormente a conjuntura dos processos formativos, a qual faz referência.

com a escola, assim como a Lei 9.394/1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

É nesse contexto que se insere a proposta de concepção da escola enquanto espaço educador sustentável, capaz de repensar a escola enquanto espaço físico, gestão, currículo e entorno, valorizando a diversidade e estabelecendo conexões entre sala de aula, saberes científicos, sabedoria dos povos, responsabilidade e engajamento individual e coletivo na transformação local, características essas indispensáveis ao que se refere a construção de Escolas Sustentáveis.

Os espaços educadores sustentáveis têm como função auxiliar na aprendizagem, despertar o pensamento e ações que busquem através da mudança da prática a construção do presente e de um futuro baseados na liberdade, inclusão, respeito ao meio ambiente. E podem ser definidos segundo o documento criado pelo Ministério do Meio Ambiente e pelo Ministério da Educação, intitulado Formando COM-VIDA - Construindo Agenda 21 na Escola, como:

É um espaço onde as pessoas estabelecem relações de cuidado uns com os outros, com a natureza e com o ambiente. Esse espaço cuida e educa para a sustentabilidade de forma deliberada e intencional, mantendo coerência entre o discurso, os conteúdos, as práticas e as posturas. Além disso, assume a responsabilidade pelos impactos que gera e busca compensá-los com tecnologias apropriadas (BRASIL, 2012, p.14).

Através da proposta de construção da Agenda 21 ⁴e COM-VIDA, que baseiam as propostas de construção de escolas sustentáveis, e tendo em vista a escola como um reflexo da comunidade onde encontra-se inserida, a escola pode tornar-se um espaço de transformação socioambiental. Ressaltando a importância de compreender a formação do sujeito ecológico, a sustentabilidade, e as mudanças de paradigmas socioambientais, assim como a valorização do território.

A proposta de construção de Escolas Sustentáveis, lançado em 2010, foi uma inspiração de uma proposta inglesa, mas que teve diversas alterações, desconstruções e construções sob a coordenação da Coordenadoria Geral de Educação Ambiental (CGEA) do Ministério da Educação (MEC), hoje extinta, e três universidades federais que colaboram na transformação da proposta: Mato Grosso (UFMT), Mato Grosso do Sul (UFMS) e Ouro Preto (UFOP).

⁴ Agenda 21 é uma agenda de compromissos para o século XXI, de ações de proteção a natureza e justiça social da humanidade para com o planeta e todos os seres, e entre os países ricos e pobres, visando à conservação do planeta para as atuais e futuras gerações. Durante a Conferência Rio-92, os países participantes definiram criar Agendas 21 nacionais e locais (município, escola/ bairro), baseadas na realidade local e na participação social.

Diante da relevância do tema exposto, este presente estudo teve como objetivo compreender a proposta de criação das COM-VIDAS e sua capacidade de mobilizar a participação da comunidade local, assim como as transformações socioambientais nos espaços escolares, possibilitadas pelas ações desenvolvidas através dessas Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida.

A pesquisa partiu dos questionamentos: “O que são Escolas Sustentáveis? E a busca para responder essa indagação desencadeou olhares específicos para o entendimento de como essa proposta se desenvolve no Brasil, com destaque para o Programa Nacional de Escolas Sustentáveis, que no contexto das políticas públicas de Educação Ambiental, que possui como principais objetivos: contribuir para que as escolas se tornem espaços educadores sustentáveis, considerados como espaços que realizam sua própria transformação, na intencionalidade de educar para a sustentabilidade; inserir a Educação Ambiental como tema transversal em todos os níveis e modalidades de ensino e facilitar a internalização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação ambiental. Especificamente, o questionamento, também desencadeou a investigação da proposta e desenvolvimento das Conferências Infantojuvenis para o Meio Ambiente, conferências essas, essenciais para a compreensão da organização das COM-VIDAS - Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de vida, fruto também de Processos Formativos em Escolas Sustentáveis, assim como, mobilizadoras de ações socioambientais no ambiente escolar e da mobilização da comunidade local, constatadas nos exemplos investigados através da proposta de COM-VIDA da E.M. Dr. João Ferreira Lopes, na cidade de Barretos/SP, (2011 a 20015), da análise de uma experiência na Escola Estadual Antônio Padilha no município de Sorocaba/SP (2015), e a relevância das experiências narradas em 2015 por Isabel Cristina de Moura Carvalho, ao dissertar sobre o processo de Escolas Sustentáveis no município de São Leopoldo /RS.

Além de atender a uma aspiração pessoal, em compreender como processos de Educação Ambiental participativos podem resignificar o papel da escola atual, espera-se com essa pesquisa, que seus resultados contribuam para a reflexão de outros educadores; que possibilite uma nova visão e relação com a realidade e desafios locais, concebendo a proposta de Escolas Sustentáveis como facilitadora de Educação ambiental crítica e participativa, capaz de possibilitar transformações significativas nos territórios e ambientes escolares através das COM-VIDAS.

Os procedimentos metodológicos da dissertação destacam a abordagem teórica, exploratória e qualitativa, sendo concretizado por meio de pesquisa bibliográfica e análise

teórica documental. Com leituras e estudo aprofundado dos programas governamentais de Educação e Educação Ambiental existentes, através de publicações feitas pelos Ministérios da Educação, Cultura e Meio Ambiente, com destaque aos trabalhos desenvolvidos pela Coordenadoria Geral de Educação Ambiental (CGEA), atualmente extinta pelo governo federal, assim como livros e artigos produzidos por pesquisadores e educadores que desenvolvem trabalhos relevantes na área. Traz assim, um resumo de como a Educação Ambiental se configurou no Brasil, destacando-a como política pública através das contribuições de Sorrentino, Trajber, Mendonça e Junior (2005) e pontua portanto, a proposta de construção de Escolas Sustentáveis e o Programa Nacional de Escolas Sustentáveis, como disparador de processos que podem tornar as escolas incubadoras de transformações nos diferentes territórios. Como conceitos fundamentais investigou-se a Educação ambiental crítica defendida por Loureiro e Sato, assim como, o Programa Nacional de Escolas Sustentáveis e seus desdobramentos, tais como o Manual Escolas Sustentáveis e as Conferências Infantojuvenis para o Meio Ambiente.

Os eixos espaço físico, currículo e gestão, tripé da proposta de construção de escolas sustentáveis, são apresentados na sessão 4, que apresenta o Programa Nacional de Escolas Sustentáveis e conseqüentemente pormenorizado na sessão 4.1 quando especificamente tratamos da proposta de Processos Formativos em Escolas Sustentáveis e COM-VIDA, com destaque para as contribuições de Legan (2009), Pereira (2015), Veiga (2002) e Luck (2006).

Destaca-se ainda, as contribuições de Toro-Tonissi (2005 - 2011 - 2015), e os Processos Formativos em Escolas Sustentáveis e COM-VIDA ofertados pela CEAD/UFOP para a fundamentação e relato das significativas experiências compartilhadas no estudo da COM-VIDA da E.M. Dr. João Ferreira Lopes, na cidade de Barretos/SP, o que configura a contribuição da pesquisa qualitativa participante, uma vez que enquanto pesquisadora também sou membro da COM-VIDA e fui tutora do processo formativo em escolas sustentáveis e COM-VIDAS ofertados pela UFOP, focos também de investigação neste trabalho.

Esta pesquisa foi desenvolvida na linha Política e Gestão Educacional e está estruturada em cinco sessões, das quais cita-se: Introdução; Sustentabilidade Socioambiental e o Contexto da Educação Ambiental e a Educação Ambiental no cenário Educacional na sessão 2; As Conferências Infantojuvenis para o Meio Ambiente na sessão 3; Política pública e o Programa Nacional de Escolas Sustentáveis na sessão 4; COM-VIDAS como mobilizadoras da participação da comunidade local e de transformações socioambiental nas

escolas na sessão 5. Apresentam-se por fim, as Considerações Finais do processo desta pesquisa, refletindo sobre as perspectivas encontradas e as referências utilizadas que embasaram essas reflexões.

2- SUSTENTABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E O CONTEXTO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O conceito sustentabilidade parte de um princípio básico: tudo o que precisamos para a nossa sobrevivência e bem-estar depende, direta ou indiretamente, de nosso ambiente natural. A sustentabilidade cria e mantém as condições em que os seres humanos e natureza podem existir em harmonia produtiva, que permite cumprir os requisitos sociais, econômicos para gerações presentes e futuras (JACOBI, 2005). Comumente associada ao termo desenvolvimento sustentável, o conceito de sustentabilidade é mais amplo e holístico trazendo como pauta a cidadania planetária e demais premissas, enquanto o desenvolvimento sustentável se apoia no tripé: ambiental – social – econômico.

Para Sachs (2002), a noção de sustentabilidade implica alguns elementos:

- Sustentabilidade ecológica: refere-se à base física do processo de crescimento e tem como objetivo a manutenção de estoques dos recursos naturais, incorporados às atividades produtivas.
- Sustentabilidade ambiental: refere-se à manutenção da capacidade de sustentação dos ecossistemas, o que implica a capacidade de absorção e recomposição dos ecossistemas em face das agressões antrópicas.
- Sustentabilidade social: refere-se ao desenvolvimento e tem por objetivo a melhoria da qualidade de vida da população. Para o caso de países com problemas de desigualdade e de inclusão social, implica a adoção de políticas distributivas e a universalização de atendimento a questões como saúde, educação, habitação e seguridade social.
- Sustentabilidade política: refere-se ao processo de construção da cidadania para garantir a incorporação plena dos indivíduos ao processo de desenvolvimento.
- Sustentabilidade econômica: refere-se a uma gestão eficiente dos

recursos em geral e caracteriza-se pela regularidade de fluxos do investimento público e privado. Implica a avaliação da eficiência por processos macrosociais. Ao enfatizar essas dimensões, Sachs (2002) evidencia que, para alcançarmos a sustentabilidade, temos de valorizar as pessoas, seus costumes, conhecimentos e saberes. É necessário se ter uma visão holística dos problemas da sociedade, para além de focar apenas na gestão dos recursos naturais. Assim, configura-se como um pensamento muito mais profundo, que visa à construção de um novo paradigma, o planetário.

Semelhante a isso, Oliveira e Pereira (2015) contribuem ao apresentar as premissas da sustentabilidade socioambiental, que configura-se como um espiral por compreender que os processos que visam sustentabilidade são holísticos e em constante transformação. Eles levam à compreensão das complexidades locais e à orientação para a formulação de políticas públicas, considerando as realidades, a potencialidades e conflitos de interesse dos povos e das localidades.

O lugar de vivência e de construção de uma identidade coletiva em relação com o outro, seja numa comunidade, uma cidade ou uma unidade escolar, constitui o significado de território.



Figura 1: Premissas da Sustentabilidade Socioambiental. Conceito difundido pelos Processos Educativos em Escolas Sustentáveis e COM-VIDAS. Cead/UFOP, 2015.

Pereira (2015, p.28) destaca ainda que, sobretudo precisam ser consideradas com as premissas os chamados elementos da sustentabilidade que são: ar puro, água potável, solos férteis, biodiversidade, energias limpas, cidadania e justiça social, saúde, reutilização, reaproveitamento e reciclagem e o ciclo infinito.

Diferente de desenvolvimento sustentável, a sustentabilidade socioambiental tem uma dimensão maior. O sentido da vida humana está ligado ao sentido do planeta. Gadotti (2008) define ainda, sustentabilidade como o sonho de bem viver. Trata-se do equilíbrio do ser humano com o meio ambiente, a harmonia entre os diferentes. Segundo ele, o sentido das nossas vidas não está separado do sentido do próprio planeta.

Legan (2009, p.11) contribui ao chamar de ecoalfabetização a compreensão dos princípios básicos da sustentabilidade, sendo capaz de refleti-los na vida diária das comunidades humanas. A autora afirma que a verdadeira Educação Ambiental só acontece na vivência prática com o ambiente, descobrindo nosso impacto e nosso potencial de restauração, e destaca seis pontos relevantes para a educação de uma cultura sustentável:



Figura 2: Cultura da Sustentabilidade. Fonte: LEGAN, L. A Escola Sustentável: Ecoalfabetizando pelo Meio Ambiente. 2009.p11. Editora: Imprensa oficial do Estado de São Paulo.

De acordo com Gutiérrez e Prado (2002, p.34), “O desafio da sociedade sustentável de hoje é criar novas formas de ser e estar neste mundo”, e, é esta busca que impulsiona e motiva o sujeito ecologicamente orientado, que é consciente de que suas ações devem estar em harmonia com o planeta. A sociedade necessita de “atores da harmonia ambiental”, diferentemente do papel de “desarmonizadores” perante o ecossistema planetário e em relação a tudo que nele habita.

O equilíbrio ecológico exige mudanças profundas do papel que o ser humano deve desempenhar no ecossistema planetário. Enquanto o ambientalismo superficial apenas se interessa por um controle e gestão mais eficazes do ambiente natural em benefício do homem, o movimento da ecologia fundamentada na ética reconhece que o equilíbrio ecológico exige uma série de mudanças profundas em nossa percepção do papel que deve desempenhar o ser humano no ecossistema planetário. (GUTIÉRREZ & PRADO, 2002)

Sendo assim, a construção de uma sociedade mais sustentável pode ocorrer por meio de transformações individuais e sociais, pautadas não somente na disseminação do conhecimento, mas também no fortalecimento das consciências e na transmissão de posturas, hábitos, vivências sustentáveis, experiências essas tão ricamente vivenciadas no contexto escolar, foco deste estudo que buscou compreender a escola enquanto incubadora de mudanças através das COM-VIDAS.

Assim, Gutierrez e Prado (2002, p.41) pontuam dez características para o perfil de pessoas em uma sociedade planetária. Pessoas planetárias são pessoas que:

- 1- Buscam e sentem-se em contato e comunhão com a Natureza. Possuem sentimento de pertença e não de posse em relação a natureza. Relação de respeito frente a sua diversidade;
2. Vivem a vida como um processo. Possuem a capacidade de viver a incerteza e se afastar de concepções rígidas e estáticas da vida;
3. Preocupam-se e suspeitam do poder, da hierarquia e de sua utilização para dominar os demais. Propõem portanto, uma educação que permita que todos sejam capazes de controlar suas próprias vidas, assim como a necessidade de comunidades humanas capazes de permitir a distribuição social do poder e não concentradores dele.
4. São indivíduos que procuram a integração de elementos que andam em geral dispersos ou por vezes isolados tais como: ciências e senso comum, ação e reflexão, mente e corpo, objetividade e subjetividade (...);
5. Possuem a capacidade de pesquisa permanente. Buscam pelo não dito, não respondido, não proposto, assim como, fazem de sua crítica permanente um elemento condutor de busca espiritual;

6. São menos absorventes e dominantes de bens materiais enquanto símbolos de status social;
7. São pessoas não dogmáticas, abertas ao novo, que se permitem avançar por territórios desconhecidos na vida;
8. Por serem menos egoístas e paternalistas são pessoas solidárias capazes de colaborar com os outros;
9. Desconfiam da burocracia como forma institucional que privilegia o benefício dos burocratas sobre os outros;
10. Possuem confiança no valor da sua própria experiência.

Destacando assim, que pessoas planetárias transformam-se em sujeitos coletivos conscientes e construtores de cidadania planetária⁵, sustentada na visão unificadora do planeta Terra e de uma sociedade mundial, mediante a processos educativos.

Sobre a relevância da participação social, a Educação ambiental, com destaque nesse estudo ao âmbito escolar, pode ocorrer através do exercício do diálogo. Conforme Luca et al. (2012), a Educação Ambiental se realiza na relação com o outro, ser humano e demais formas de vida, valorizando as relações e trazendo uma perspectiva de cuidado e de responsabilidade partilhada.

Gadotti (2000), concebe sociedade desenvolvida como uma sociedade equitativa, e isso segundo ele, só é possível com a participação das pessoas. Pontua que, o conceito de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento humano são muito amplos e ainda em construção.

As Nações Unidas, nos últimos anos, passaram a usar a expressão “desenvolvimento humano” como indicador de qualidade de vida fundado nos índices de saúde, longevidade, maturidade psicológica, educação, ambiente limpo, espírito comunitário e lazer criativo, que são também os traços de uma sociedade sustentável, isto é uma sociedade capaz de satisfazer as necessidades das gerações de hoje sem comprometer a capacidade e as oportunidades das gerações futuras. GADOTTI (2000, p.58)

De acordo com Ferreira e Trovareli (2014, p.77):

A educação ambiental é uma importante ferramenta para a co-presença entre conhecimento científico e os múltiplos saberes, “do outro lado da linha”. Seja no campo ou na cidade, seja em um a única sala ou escola, seja com uma rede de

⁵ Gutierrez e Prado. Ecopedagogia e Cidadania Planetária. 3.ed. São Paulo. Ed Cortez: Instituto Paulo Freire(2002, p.22-23). Cidadania planetária é uma expressão que abarca um conjunto de princípios, valores, atitudes e comportamentos e demonstra uma nova percepção sobre o planeta, por isso associa-se ao desenvolvimento sustentável, porém mais amplo do que popularmente reconhecemos através da sua relação com a economia. Ela precisa fazer parte do próprio projeto da humanidade como um todo e não apenas uma mera consequência ou um subproduto da tecnologia ou da globalização econômica.

educação municipal inteira, é preciso reagir, é preciso criar linhas de fuga capazes de reagir as investidas da colonização do pensamento e o fortalecimento da vida líquida-moderna.

Ao considerarmos a Educação Ambiental como um dos caminhos possíveis para o enfrentamento da crise socioambiental e climática, ressaltamos que a EA pode constituir um campo múltiplo e de possíveis transformações. Diante disso, no decorrer dos anos, diversas conferências ambientais destacaram a importância da Educação Ambiental, bem como a participação da sociedade na gestão do meio ambiente.

Em 1972, em Estocolmo, foi realizada a Primeira Conferência das Nações Unidas sobre o ambiente humano, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), com a participação de representantes de 113 países. Essa Conferência foi um marco histórico na busca das soluções dos problemas ambientais, pois considerou-se a educação como a principal ação para o desenvolvimento de mudanças nos hábitos e comportamentos das pessoas e da sociedade. No Brasil, de acordo com Sorrentino (2005), nascem após essa Conferência, as discussões ambientais enquanto política pública, pois diante das ações das Nações Unidas passa-se a inserir as temáticas nas agendas dos governos, inclusive com a criação da SEMA – Secretaria Especial de Meio Ambiente, ligada à presidência da República.

Em 1975, o Brasil foi palco do Primeiro Encontro Nacional sobre Proteção e Melhoria do Meio Ambiente, promovido pelo Governo Federal. Em 1977, em Tbilisi (ex-URSS), ocorreu Primeira Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental, organizada pela UNESCO em cooperação com o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), na qual foram definidos conceitos, objetivos, princípios, orientadores e estratégias para o desenvolvimento da educação ambiental. Evento esse de vital importância política, pois, apenas após Tbilise, a Educação Ambiental foi introduzida como estratégia para conduzir a sustentabilidade socioambiental e social do planeta. Nesse mesmo ano, no Brasil, com base na referida Conferência, foi redigido o primeiro documento brasileiro sobre Educação Ambiental, assinado pela Secretaria Especial do Meio Ambiente e pelo Ministério do Interior, denominado "Educação Ambiental".

Em Tbilise a Educação Ambiental foi definida como:

[...] um processo de reconhecimento de valores e clarificações de conceitos, objetivando o desenvolvimento das habilidades e modificando as atitudes em relação ao meio, para entender e apreciar as inter-relações entre os seres humanos, suas culturas e seus meios biofísicos. A educação ambiental também está relacionada com a prática das tomadas de decisões e a ética que conduzem para a melhora da qualidade de vida.

As linhas filosóficas para o desenvolvimento da Educação Ambiental nos países latinos foram estabelecidas em São José na Costa Rica (1979), momento esse em que foi realizado o Seminário sobre Educação Ambiental para a América Latina, que com base na Conferência de Tbilisi.

Com a missão de promover o diálogo entre países ricos e pobres, sobre as questões de meio ambiente e desenvolvimento e de definir formas de cooperação entre ambos, em 1983, a Assembleia Geral da ONU, criou por iniciativa do PNUMA, a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, e de acordo com Sorrentino (2005, p.289):

A Comissão publicou “Nosso futuro comum, que ficou conhecido como Relatório Brudtland⁶. A partir desse relatório, o conceito de desenvolvimento sustentável passou a ser utilizado em substituição à expressão ecodesenvolvimento e constituiu a base para a reorientação das políticas de desenvolvimento e sua relação direta com as questões ambientais.

A Educação Ambiental passou a ser garantida pelos governos municipais, estaduais e federal, pela Constituição promulgada em 1988, artigo 225, parágrafo 1º (BRASIL, 1988), que determina a “construção de um mundo socialmente justo e ecologicamente equilibrado”.

Posteriormente, outras Conferências foram realizadas, com destaque para: a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92); Conferência de Thessalonik (Grécia, 1997) e Conferência de Johannesburgo (Rio + 10) na África do Sul, 2002, na qual Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu a Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável – DEDS (2005 – 2014), como forma de implementar as recomendações e acordos estabelecidos pelas Conferências anteriores.

O Art. 1º da Lei nº 9795/99 (BRASIL, 1999), que dispõe sobre a Educação Ambiental e institui a Política Nacional de Educação Ambiental, aponta que, por Educação Ambiental compreende-se os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade.

Seus princípios básicos são:

I - o enfoque humanista, holístico, democrático e participativo;

⁶ Trata-se de relatório, publicado em 1987, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, faz parte de uma série de iniciativas, anteriores à Agenda 21, as quais reafirmam uma visão crítica do modelo de desenvolvimento adotado pelos países industrializados e reproduzido pelas nações em desenvolvimento, e que ressaltam os riscos do uso excessivo dos recursos naturais sem considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas. O relatório aponta para a incompatibilidade entre desenvolvimento sustentável e os padrões de produção e consumo vigentes.

- II - a concepção do meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade;
- III - o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, na perspectiva da inter, multi e transdisciplinaridade;
- IV - a vinculação entre a ética, a educação, o trabalho e as práticas sociais;
- V - a garantia de continuidade e permanência do processo educativo;
- VI - a permanente avaliação crítica do processo educativo;
- VII - a abordagem articulada das questões ambientais locais, regionais, nacionais e globais;
- VIII - o reconhecimento e o respeito à pluralidade e à diversidade individual e cultural.

É importante destacar que o conceito de Educação Ambiental se transformou no tempo e espaço buscando compreender e as demandas socioambientais surgidas, assim Santos et al (2012, p.94) define a educação ambiental como:

[...] um conjunto de ações orientadas para o enfrentamento de problemas ambientais, partindo de diferentes enfoques ecológicos, sociais, históricos, culturais, gerando e/ou utilizando conhecimentos científicos e tecnológicos, ou conhecimentos provenientes das comunidades com as quais se atua.

A Educação Ambiental, de acordo com Reigota (2012, p.13), é uma educação que considera “a análise das relações políticas, econômicas, sociais e culturais entre a humanidade e a natureza e as relações entre os seres humanos”.

2.1 A Educação Ambiental no cenário educacional

Poeticamente, ainda referenciando Educação Ambiental e Sustentabilidade, dentro das premissas e reflexões apresentadas, como processos de interação e participação de pessoas, assim como da importância social da escola, é feliz recordar Paulo Freire quando nos diz:

“Escola é... o lugar onde se faz amigos não se trata só de prédios, salas, quadros, programas, horários, conceitos...
 Escola é, sobretudo, gente, gente que trabalha, que estuda, que se alegra, se conhece, se estima.
 O diretor é gente, o coordenador é gente, o professor é gente, o aluno é gente, cada funcionário é gente.
 E a escola será cada vez melhor na medida em que cada um se comporte como colega, amigo, irmão.
 Nada de ilha cercada de gente por todos os lados’.
 Nada de conviver com as pessoas e depois descobrir que não tem amizade a ninguém nada de ser como o tijolo que forma a parede, indiferente, frio, só.
 Importante na escola não é só estudar, não é só trabalhar, é também criar laços de amizade, é criar ambiente de camaradagem, é conviver, é se ‘amarrar nela’!
 Ora, é lógico... numa escola assim vai ser fácil estudar, trabalhar, crescer, fazer amigos, educar-se, ser feliz”
Freire, A escola.

A discussão do tema Educação Ambiental e cidadania mostra-se de grande importância para o cenário educacional, no qual a proposta de construção de Escolas Sustentáveis, pautada por este estudo, faz referência.

A escola é um espaço privilegiado para estabelecer conexões e informações como uma das possibilidades para criar condições e alternativas que estimulem os alunos a terem concepções e posturas cidadãs, cientes de suas responsabilidades e, principalmente, perceberem-se como integrantes do meio ambiente. A educação formal continua sendo um espaço importante para o desenvolvimento de valores e atitudes comprometidas com a sustentabilidade ecológica e social (LIMA, 2004, apud CUBA, 2010, p.24)

Podemos destacar os Parâmetros Curriculares Nacionais - PCNs, como marco da efetivação da Educação Ambiental como tema transversal nos currículos escolares, em 1997, no Brasil. No entanto, sobre isso, no PCN de Meio Ambiente e Saúde relata-se:

[...] é necessário ainda ressaltar que, embora recomendada por todas as conferências internacionais, exigida pela Constituição e declarada como prioritária por todas as instâncias de poder, a Educação Ambiental está longe de ser uma atividade tranquilamente aceita e desenvolvida, porque ela implica mudanças profundas e nada inócuas. Ao contrário, quando bem realizada, a Educação Ambiental leva a mudanças de comportamento pessoal e a atitudes e valores de cidadania que podem ter fortes consequências sociais (BRASIL, 1997, p. 23).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental (Resolução CNE/CP nº 2, de 15 de junho de 2012), Art. 2º, define Educação Ambiental como:

[...] uma dimensão da educação, é atividade intencional da prática social, que deve imprimir ao desenvolvimento individual um caráter social em sua relação com a natureza e com os outros seres humanos, visando potencializar essa atividade humana com a finalidade de torná-la plena de prática social e de ética ambiental.

Propõe ainda, no artigo 17, diretrizes que a Educação Ambiental no currículo, assim como o planejamento curricular e a gestão da escola devem estimular a visão multidimensional da área ambiental; o pensamento crítico baseado em estudos nas diferentes áreas do conhecimento, na ótica d sustentabilidade socioambiental, na participação e na ética ambiental, a valorização dos múltiplos saberes populares, científicos e de povos tradicionais, assim como as vivências que promovam o respeito e o cuidado para com todos os seres da atual e futuras gerações.

O Plano Nacional da Educação Ambiental e a Política Estadual de Educação Ambiental de São Paulo (2007), além dos demais referenciais apresentados neste estudo,

afirmam que a Educação Ambiental é transversal e deve estar presente de modo transdisciplinar nos currículos escolares, em todos os níveis e modalidades de ensino.

Segundo Carvalho (2004, p.54):

A educação ambiental nasce como um processo educativo que conduz a um saber ambiental materializado nos valores éticos e nas regras políticas de convívio social e de mercado, que implica a questão distributiva entre benefícios e prejuízos da apropriação e do uso da natureza. Ela deve, portanto, ser direcionada para a cidadania ativa considerando seu sentido de pertencimento e co-responsabilidade que, por meio da ação coletiva e organizada, busca a compreensão e a superação das causas estruturais e conjunturais dos problemas ambientais. Trata-se de construir uma cultura ecológica que compreenda a natureza e sociedade como dimensões intrinsecamente relacionadas e que não podem mais ser pensadas, seja nas decisões governamentais, seja nas ações da sociedade civil de forma separada, independente ou autônoma.

Apesar das dificuldades, a busca por indivíduos comprometidos com práticas sociais voltadas para a qualidade de vida do planeta é fundamental. Sato e Carvalho (2005) assinalam que, é necessário superar a cultura enraizada, buscando medidas complementares de diferentes esferas (política, economia, cultural, jurídica, das relações sociais, dos valores e outros) que estejam imbuídas em contribuir para formação de cidadãos comprometidos com o meio ambiente.

Ruscheinsky (2002, p.137) contribui:

[...] a cidadania em todas as suas dimensões possui uma conotação de conquista, e a efetivação reporta-se sempre à capacidade de organização e mobilização da sociedade civil. Estas tarefas primordiais que tem na educação ambiental um instrumento importante para que sejam alcançados.

Para Jacobi (2005, p.243), a educação para a cidadania, não é se trata apenas da capacidade do indivíduo de exercer os seus direitos nas escolhas e nas decisões políticas, mas também abrange assegurar a sua total dignidade nas estruturas sociais, levando o cidadão a desenvolver o exercício da cidadania que implica em “autonomia e liberdade responsável, participação na esfera política democrática e na vida social”

Silva e Tavares (2009) complementam que a Educação Ambiental tem que estimular o fortalecimento da consciência crítica sobre o problema ambiental, incentivando à participação individual e coletiva, de forma permanente e responsável.

Os cidadãos têm que adquirir consciência de que através da defesa do meio ambiente esta sendo preservada também a qualidade de vida humana e o futuro da humanidade. Assim, a educação ambiental se dá pelo fortalecimento da cidadania através da defesa da qualidade ambiental com caráter humanista, holístico, interdisciplinar e participativo (2009, p.152).

Gadotti (2000) salienta que a educação do futuro deve estar baseada em sete categorias: cidadania, sustentabilidade, globalização, virtualidade, transdisciplinaridade, dialogicidade e planetaridade. Entre estas, o autor distingue quatro como as que possuem maior relação com o desenvolvimento sustentável: cidadania, sustentabilidade, transdisciplinaridade e planetaridade.

Se para tornar-se cidadão, o indivíduo faz parte de um Estado e está sujeito a deveres e direitos sancionados por leis que regem e disciplinam a vida de toda a comunidade, o que se espera é que um ecocidadão, ou cidadão planetário seja capaz de busca pela melhoria das condições sociais, políticas e econômicas, incluindo a consciência de suas responsabilidades com a preservação ambiental (FREIRE, 2008)

A Educação Ambiental é basicamente “uma pedagogia da ação. Não basta se tornar mais consciente dos problemas ambientais sem se tornar também mais ativo, crítico, participativo. Em outras palavras, o comportamento do cidadão é indissociável do exercício da cidadania”. (BERNA, 2004, p.18)

Nesse sentido Tonissi e Oliveira (2005), defendem que o principal desafio da Educação Ambiental, na perspectiva crítica, é combater a alienação que obriga muitos seres humanos a exclusão das esferas de decisões, libertando-os do lugar comum, da acomodação, e encorajando-os a luta pela recuperação e conservação do ambiente, incluindo o ambiente escolar, intimamente ligado a garantia de sua dignidade como pessoa humana.

No contexto da Educação Ambiental, a proposta de Escolas Sustentáveis, portanto, surgem diante da necessidade de conceber seus processos educativos e possibilidade de transformação sócio ambiental e territorial de maneira crítica, voltada para a participação cidadã. Dentro dessa perspectiva de Educação Ambiental crítica e participativa Loureiro (2003), aponta que:

Quando se fala em Educação Ambiental, logo se imagina que esta é intrinsecamente transformadora, por ser uma inovação educativa recente que questiona o que é qualidade de vida, reflete sobre a ética ecológica e amplia o conceito de ambiente para além dos aspectos físico-biológicos. Contudo, isto não é uma "verdade automática". Em termos conceituais, transformar é uma palavra que permite várias ênfases: transmutar, converter, alterar, mudar de domínio, mudar de forma, transfigurar. Transformação ocorre no processo de realização da vida, podendo implicar diferentes níveis de alteração. Pensado desta forma, é um conceito que se refere ao reconstruir o conteúdo que dá a identidade de algo, ou seja, é o que faz com que, em um momento de "desconforto", seja possível se encontrar uma alternativa coerente com certos princípios e valores de um determinado grupo ou indivíduo por meios previstos, ou não, inicialmente. Partindo dessa premissa, podemos estabelecer, para efeito de análise e compreensão didática, dois eixos para o discurso da educação como vetor de transformação: um, conservador, em que o processo educativo promove mudanças superficiais para garantir o status quo, a

alteração de certas atitudes e comportamentos, sem que isso signifique incompatibilidade com o modelo de sociedade contemporânea em que vivemos.

Convém destacar nas contribuições do autor que, a Educação Ambiental em si não é a garantia de mudanças e transformações significativas, por ao contrário, pode, não tido o necessário cuidado, assim como demais processos educacionais, corroborar para a permanência de status quo, diante de contextos e ações reprodutoras, dado como exemplo programas de coleta seletiva, reciclagem e demais atividades por vezes desenvolvidas pelas escolas sem a devida reflexão, diagnóstico, planejamento e avaliação dos reais impactos dessas ações. O que nos permite inferir que, a Educação ambiental a qual a proposta de construção de Escolas Sustentáveis faz referência, nos possibilita conceber mais que a demanda de ações, a intensa e expressiva reflexão sobre a real necessidade e funcionalidade dela, de forma horizontal e permanentemente aberta ao diálogo e construção coletiva.

Um dos princípios da Educação Ambiental crítica é a participação na gestão dos problemas socioambientais, por meio de mecanismos democráticos de negociação e responsabilização diferenciada dos indivíduos quanto aos impactos sobre a natureza e a comunidade, constituindo uma educação política que busca soluções coletivas e sustentáveis. (MENDONÇA, 2007; LAYRARGUES, 2009; TONSO, 2010)

A educação para uma cultura sustentável inclui o aprendizado contínuo, interdisciplinar, com parcerias em um ambiente multicultural e afirmativo. A Educação Ambiental deve ser construída sobre uma curiosidade natural das crianças e sobre o entusiasmo pela exploração, como programas que descubram a natureza pela ciência, matemática, leitura, escrita, estudos sociais e arte, tecendo com a investigação prática e encorajando a avaliação crítica dos problemas e das soluções. Os educadores precisam hoje da flexibilidade e da capacidade de acessar e integrar o conhecimento das diferentes origens. A resolução dos problemas da sociedade requer o conhecimento das mais diversas disciplinas da mesma forma que uma variedade de especialistas precisa trabalhar em conjunto para resolver os problemas do mundo fora da escola. As disciplinas não podem mais estar separadas desnecessariamente, tanto na escola, quanto no mundo profissional. Passando as crianças e jovens também, a responsabilidade de algo concreto para fazer no mundo, expressamos nossa confiança na capacidade de trabalhar, de resolver problema de forma criativa e cooperativa.

A reorientação da educação envolve ensinamento ou instruções que não somente aumentam o conhecimento do estudante, mas incentivam o desenvolvimento de habilidades e valores que orientarão e motivarão para estilos de vidas mais sustentáveis. (LEGAN, 2009, p.12)

3- AS CONFERÊNCIAS INFANTOJUVENIS PARA O MEIO AMBIENTE: CAMINHO PARA A CRIAÇÃO DAS COM-VIDAS

As Conferências Nacionais Infantojuvenis pelo Meio Ambiente constituem um marco significativo no que se refere a metodologias de Educação ambiental nos contextos escolares e também no que tange a proposta de construção de Escolas Sustentáveis e COM-VIDAS.

O ano de 2003 data como a primeira proposta de Conferência Infantojuvenil no país. Na oportunidade, jovens e crianças das escolas públicas do Brasil foram convidadas a efetivamente participar da construção de políticas públicas de Educação Ambiental.

As crianças são aproximadamente 30% da população do mundo, e em muitos países chegam a somar a metade da população. O envolvimento das crianças de hoje na Educação Ambiental é fundamental para o sucesso, a longo prazo, dos esforços para a sustentabilidade. Precisamos lembrar que nossas crianças herdarão a responsabilidade de cuidar da Terra.

(...) Os jovens estão preocupados com os problemas globais, mas muitos se sentem despreparados para as incertezas do futuro. (...) Para muitos de nossos estudantes o futuro parece incerto e assustador. Como resultado, há a necessidade de uma interpretação mais ampla da educação, que inclua a mudança de foco para temas que ofereçam as ferramentas para a construção de um futuro sustentável. A reorientação da educação atual é uma ação necessária para todos os educadores, em todos os níveis, pois inovações são necessárias para auxiliar crianças e jovens em direção ao futuro que irão encontrar e construir. (LEGAN, 2009,p12)

Como proposta de construção das conferências, o MEC e o MMA identificaram diferentes grupos e organizações com jovens atuantes dentro da temática ambiental e os convidaram para compor o COE – Comissão Organizadora Estadual, buscando assim valorizar as realidades dos diferentes contextos do território nacional. Diante da proposta organizou-se o Conselho Jovem de Meio Ambiente, que passadas as demandas para a mobilização e realização das conferências se tornou fundamental para a elaboração de políticas públicas de juventude e meio ambiente.

Uma vez que a existência do Conselho foi decisiva para a realização das Conferências Infantojuvenis, o mesmo se tornou Coletivo Jovem de Meio Ambiente – CJ, e passou a trabalhar com três princípios para as Conferências Infantojuvenis: jovem educa jovem; jovem escolhe jovem (em especial durante as conferências); uma geração aprende com a outra, considerando as possibilidades de aprendizagem transmitidas através do tempo.

Segundo Moreira (2013) os coletivos jovens desempenham papel importante para a formação de COM-VIDAS:

Surgiram da necessidade de se contar com a presença da juventude nas comissões organizadoras das Conferências Infantojuvenis. Segundo o Manual dos Coletivos

Jovens de Meio Ambiente, os CJ são grupos informais autogestionados e autônomos constituídos de pessoas entre 15 e 29 anos, que atuam local e nacionalmente para estimular o pensamento crítico, planejar e desenvolver propostas, projetos e ações de intervenção e formação de cidadãos responsáveis e comprometidos com a temática socioambiental.

Ao longo do tempo, esses coletivos expandiram-se em todos os estados e articularam-se nacionalmente por meio da Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade (REJUMA). Estão presentes em conselhos de juventude em âmbito local, estadual e nacional e estimulam diferentes movimentos de juventude ligados à questão ambiental.

Alguns atuais integrantes dos CJ e da REJUMA já participaram das conferências na condição de delegados. E há alguns ex-integrantes dessas entidades que atualmente executam políticas públicas voltadas à juventude em todos os níveis da federação. Prova de que a metodologia das Conferências e das COM-VIDAS mobiliza na juventude sua capacidade de exercer uma nova forma de protagonismo, que se baseia na força transformadora do coletivo

As Conferências Infantojuvenis para o Meio Ambiente já existem há 15 anos, e em 2018 foi realizada a sua 5ª edição intitulada “Vamos Cuidar do Brasil cuidando das águas”. Cada edição anterior possuiu um enfoque que objetivava a inserção de jovens e crianças no exercício de construção de políticas públicas em meio ambiente.

Intitulada como “Vamos cuidar do Brasil” a primeira versão da CNIJMA aconteceu em 2003 e de acordo com o Ministério da Educação, envolveu 15.452 escolas em todo o país, mobilizando 5.658.877 pessoas em 3.461 municípios. Como resultado dessa conferência surgiram os Coletivos Jovens de Meio Ambiente e a Rede da Juventude pelo Meio Ambiente e Sustentabilidade – REJUMA.

Em 2005-2006 foi realizada a II Conferência com o tema “Vamos cuidar do Brasil com as escolas. Essa segunda Conferência envolveu 11.475 escolas e comunidades e 3.801.055 pessoas em 2.865 municípios.

A III Conferência Infantojuvenil para o Meio Ambiente ocorreu em 2009 e mobilizou mais de 3,7 milhões de participantes em 2.828 municípios brasileiros. Novamente com o tema “Vamos cuidar do Brasil” essa Conferência resultou numa Carta das Responsabilidades para o Enfrentamento das Mudanças Ambientais Globais, que simbolizava o compromisso de jovens e crianças em lutar e defender o meio ambiente, não apenas buscando o conhecimento e o entendimento, mas também realizando ações para minimizar os problemas causadores de impactos ambientais.

Na Carta, os jovens apontavam que:

Buscamos construir uma sociedade justa, feliz e sustentável. Assumimos responsabilidades e ações cheias de sonhos e necessidades [...]. Este é um meio de expressar nossas vontades e nosso carinho pela vida e sua diversidade. Compreendemos que sem essa diversidade o mundo não teria cor. Encontramos caminhos para trabalhar temas globais, complexos e urgentes: mudanças climáticas, biodiversidade, segurança alimentar e nutricional e diversidade étnico-racial. Queremos sensibilizar e mobilizar as pessoas para, juntos, encararmos os grandes desafios socioambientais que a nossa geração enfrenta. Para cuidarmos do Brasil precisamos de sua colaboração. Estamos fortalecendo as ações estudantis e nos unindo às Comissões de Meio Ambiente e Qualidade de Vida na Escola (COM-VIDAS), nos Coletivos Jovens de Meio Ambiente e em tantos outros grupos. Compartilhamos a responsabilidade com os governos, empresas, meios de comunicação, ONGs, movimentos sociais e culturais, além de nossas comunidades.

A IV Conferência Infantojuvenil, segundo o MEC, contou com a participação de 16.538 escolas envolvendo 5.193.881 participantes em 3.519 municípios. Essa conferência teve como tema: “Vamos cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis” e, entre seus objetivos, destacamos:

(...) Contribuir para tornar as escolas participantes da IV Conferência em espaços educadores sustentáveis; Fortalecer a escola e a comunidade para influir nas políticas locais em favor da sustentabilidade socioambiental; Em âmbito nacional, elaborar um conjunto de propostas que possam contribuir com a formulação de políticas públicas em favor de escolas sustentáveis; Constituir pretexto pedagógico para o fortalecimento da cidadania socioambiental de escolas e comunidades; Criar e fortalecer as COM-VIDAS – Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida nas escolas, como espaços de debate sobre questões sociais e ambientais na escola e na comunidade e perceber como eles se relacionam com a saúde, a qualidade de vida, os direitos humanos e prevenção de riscos e emergências ambientais. (MEC,2013)

Nota-se a articulação entre as propostas do Programa Nacional de Escolas Sustentáveis e a possibilidade de se construir a Conferência dentro desse contexto. O diferencial dessa edição foram as formações das COM-VIDAS, Comissões germinadas nas escolas, com a intenção de repensar e reestruturar ações de Educação Ambiental de forma sistematizada, resignificando assim, currículo, gestão e espaço físico. Elas são elementos estruturantes na construção de espaços educadores sustentáveis, como colegiado que envolve professores, gestores, estudantes, comunidade local objetivando a melhoria da qualidade de vida no território onde a escola encontra-se inserida.

Todas as conferências citadas acima, possuíram fases locais (em cada escola), municipais, estaduais e nacional. Em todas elas foram eleitos delegados para discussão e aprovação de propostas socioambientais. O propósito era, além de permitir que as crianças e jovens repensassem suas escolas que, propusessem ações de intervenção local, regional, estadual e também nacional, pautando-se aos desafios socioambientais e de qualidade de vida.

A juventude possui garra e energia que devem ser aproveitadas para discutir as questões ambientais e propor ações e soluções para a resolução de problemas. Para isso é importante organizar a juventude em redes de ações, estimular o engajamento e construir pontes e ambientes para que ocorram essas discussões, instituindo novas formas de organização de grupos e participação social e política na comunidade (PELIZZOLI, 2013).

No presente estudo nos debruçamos sobre as experiências de Educação ambiental mobilizadas por COM-VIDAS de diferentes territórios, com destaque para as ações da COM-VIDA da Escola Estadual Antônio Padilha no município de Sorocaba/SP (público 6º ao 9º ano, participante das Conferências); COM-VIDA da E.M. Dr. João Ferreira Lopes no município de Barretos/SP (público 1º ao 5º ano, AEE e EJA, devido sua configuração a escola não participou de conferências) e as experiências de Escolas Sustentáveis em São Leopoldo-RS, que também apresentam a COM-VIDA (público do 6º ano 9º ano) como mobilizadora de transformações socioambientais e mediadora de conflitos. Nota-se que apesar da sua comprovada relevância as conferências não são uma exigência para a existência e atuação das comissões, as COM-VIDAS germinam na autonomia das escolas e na emancipação da gestão escolar, todavia, conforme apontado pela coordenadoria Geral de Educação Ambiental do MEC em 2013, elas foram essenciais para a construção do Programa Nacional de Escolas Sustentáveis e por consequência para o PDDE Escolas Sustentáveis – Programa Dinheiro Direto nas Escolas.

4- POLÍTICA PÚBLICA E O PROGRAMA NACIONAL DE ESCOLAS SUSTENTÁVEIS

Diante do que já apresentamos nos parece claro que a Educação Ambiental deva portanto, ser popular, crítica e emancipatória e para isso é indispensável desenvolver planos de ação que contribuam para a concretização de objetivos e metas. De acordo com a Lei nº 9.795/99 (BRASIL, 1999), Art. 5º, são objetivos fundamentais da Educação Ambiental brasileira:

- I - o desenvolvimento de uma compreensão integrada do meio ambiente em suas múltiplas e complexas relações, envolvendo aspectos ecológicos, psicológicos, legais, políticos, sociais, econômicos, científicos, culturais e éticos;
- II - a garantia de democratização das informações ambientais;
- III - o estímulo e o fortalecimento de uma consciência crítica sobre a problemática ambiental e social;

- IV - o incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania;
- V - o estímulo à cooperação entre as diversas regiões do País, em níveis micro e macrorregionais, com vistas à construção de uma sociedade ambientalmente equilibrada, fundada nos princípios da liberdade, igualdade, solidariedade, democracia, justiça social, responsabilidade e sustentabilidade;
- VI - o fomento e o fortalecimento da integração com a ciência e a tecnologia;
- VII - o fortalecimento da cidadania, autodeterminação dos povos e solidariedade como fundamentos para o futuro da humanidade.

Fruto de toda uma trajetória histórica no Brasil e no mundo as políticas públicas socioambientais deveriam ser meios legais para que objetivos educacionais, tais como os apresentados acima, fossem concretizados, todavia tais políticas não se apresentam imunes a governos cujos interesses vão mais ao encontro de questões político partidárias do que de fato ações de Estado, que visam a garantia de processos de ensino e justiça ambiental⁷ para sociedade brasileira. Desta forma a participação da sociedade enquanto controle social se faz indispensável, para que de fato não aja um abandono ou deturpação do Estado em relação a criação e desenvolvimento dessas políticas. Sobre isso Sorrentino (2005), pontua que (...) “as políticas públicas em Educação ambiental são um processo dialético e partilhado do Estado e sociedade civil”.

Para compreendermos a Educação Ambiental, enquanto política pública, é válido apontar o que compartilha a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Paraná (2018) sobre políticas públicas. São essencialmente:

Conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico. As políticas públicas correspondem a direitos assegurados constitucionalmente ou que se afirmam graças ao reconhecimento por parte da sociedade e/ou pelos poderes públicos enquanto novos direitos das pessoas, comunidades, coisas ou outros bens materiais ou imateriais.

⁷ Robert Bullard, define Justiça Ambiental como: “a busca do tratamento justo e do envolvimento significativo de todas as pessoas, independentemente de sua raça, cor, origem ou renda no que diz respeito à elaboração, desenvolvimento, implementação e reforço de políticas, leis e regulações ambientais. Por tratamento justo entenda-se que nenhum grupo de pessoas, incluindo-se aí grupos étnicos, raciais ou de classe, deva suportar uma parcela desproporcional das consequências ambientais negativas resultantes de operações industriais, comerciais e municipais, da execução de políticas e programas federais, estaduais, locais ou tribais, bem como das consequências resultantes da ausência ou omissão destas políticas”

As políticas públicas podem ser formuladas principalmente por iniciativa dos poderes executivo, ou legislativo, separada ou conjuntamente, a partir de demandas e propostas da sociedade, em seus diversos seguimentos.

Conforme pontua Sorrentino (2005, p.288,) considerando a ética da sustentabilidade e os pressupostos da cidadania, a política pública pode ser entendida como um conjunto de procedimentos formais e informais que expressam a relação de poder e se destina a resolução pacífica de conflitos, assim como a construção e ao aprimoramento do bem comum. Sua origem está nas demandas proveniente de diversos sistemas (mundial, nacional, estadual, municipal) e seus subsistemas políticos sociais e econômico, nos quais as questões que afetam a sociedade se tornam públicas e formam correntes de opinião com pautas a serem debatidas em fóruns específicos.

A participação da sociedade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas públicas em alguns casos é assegurada na própria lei que as institui. Assim, no caso da Educação e do Meio Ambiente, a sociedade pode participar ativamente mediante os Conselhos em nível municipal, estadual e nacional. Enquanto Estado destaca-se as atuações do MEC – Ministério da Educação e Cultura e do MMA – Ministério do Meio Ambiente. Sorrentino (2005, p.289), aponta que o entendimento da Educação Ambiental enquanto política pública perpassa pela sua inserção nas agendas de governo, e também seus desdobramentos nos contextos de educação formal e não formal. Para tal destaca que no que tange a política, que essa assume não apenas um caráter de regulação sobre a sociedade, mas de uma “regulação dialética entre sociedade - Estado que favoreça a pluralidade e a igualdade social e política.”.

Assim, Gohn, (2006, p.33), que traz significativas contribuições a respeito de processos educativos formais e não formais no Brasil, pontua que:

Observa-se que inúmeras inovações no campo democrático advêm das práticas geradas pela sociedade civil que alteram a relação estado-sociedade ao longo do tempo e constroem novas formas políticas de agir, especialmente na esfera pública não estatal. De fato, são inúmeras as novas práticas sociais expressas em novos formatos institucionais da participação, tais como os conselhos, os fóruns, as assembleias populares e as parcerias. Em todas elas a educação não-formal está presente, como processo de aprendizagem de saberes aos e entre seus participantes.

Reconhecendo o papel das políticas públicas em Educação Ambiental, da escola e suas formas de organização, assim como do papel desempenhado pela sociedade civil, nos

debruçamos sobre o Programa Nacional de Escolas Sustentáveis considerando seu potencial legal como arcabouço para repensar o papel da escola frente a necessidade de construir ações para e com a comunidade local, objetivando emancipação social e qualidade de vida com viés para a sustentabilidade e construção de sujeitos ecologicamente orientados.

O Programa Nacional Escolas Sustentáveis é concebido como uma política voltada para a educação básica, porém prevê estreita articulação entre escola e comunidade, e entre Educação Básica e Educação Superior. Considera que escola, universidade e comunidade criam relações sinérgicas e fortalecem-se mutuamente na transição e na construção de sociedades sustentáveis, tal como preconizado pelo Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. (...) nasce com o intuito de tornar factível a determinação das DCNEA, bem como de colocar em prática o princípio da educação integral. Tem como propósito contribuir para a melhoria da qualidade da educação, criando condições para uma educação cidadã, responsável, crítica e participativa, que possibilite a tomada de decisões transformadoras a partir do ambiente no qual as pessoas se inserem, em um processo educacional que supere a dissociação entre sociedade e natureza. (PNES, 2014)

Dourado, Belizário e Paulino (2015) pesquisadores do Instituto Estre⁸, pontuam que o termo Escolas Sustentáveis vem sendo utilizado por espaços educadores, poder público, organizações privadas ou de interesse público, imprensa e diversos atores sociais que tem se preocupado com a forma como os desafios socioambientais podem ser adequadamente tratados no ambiente escolar. Mesmo com sua origem difundida através de propostas de Educação Ambiental no contexto da escola pública e, diante da necessidade de repensar escola e processos educativos frente ao desafio da formação de sujeitos ecologicamente orientados, a construção desses novos espaços educadores, tornam o termo Escolas Sustentáveis atrativo a iniciativas privadas por possibilitar certificações e selos verdes.

De acordo com, Trajber e Sato (2010), o Projeto Escolas Sustentáveis é fruto de diálogos entre as Universidades Federal de Ouro Preto – UFOP, Federal do Mato Grosso do Sul- UFMS e Federal do Mato Grosso – UFMT com a Coordenação Geral de Educação Ambiental do Ministério da Educação, que já em 2010 configurava provocações para escolas públicas de ensino médio, visando orientações para novas trajetórias no que se refere as formas de se fazer Educação Ambiental nos espaços escolares. O projeto portanto, se configurava com uma intervenção de políticas públicas, com vistas a gerar transformações

⁸ O Instituto Estre é uma Oscip (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) criada em 2006 e mantida pela Estre Ambiental, promove diálogos e reflexões, com um público cada vez mais amplo e diverso, sobre temas pertinentes à educação ambiental, processos coletivos e emancipadores. Disponível em: <http://www.institutoestre.org.br/>

frente as mudanças socioambientais globais e como forma de acatar as orientações da Avaliação Ecosistêmica do Milênio⁹ e do Tratado de Educação ambiental para Sociedades Sustentáveis.

Para Trajber (2010), a proposta de Escolas Sustentáveis contribui para que cada escola possa se tornar referência viva ou um “espaço irradiador de sustentabilidade para a comunidade”.

O Ministério da Educação (2012) preconiza que as Escolas Sustentáveis possibilitam a construção de espaços onde as pessoas estabelecem relações de cuidado uns com os outros, com a natureza e com o ambiente.

A concepção do projeto Escolas Sustentáveis reconhece a escola como um espaço educador sustentável em três dimensões conectadas: o espaço, o currículo e a gestão. O projeto incentiva que o espaço da escola seja repensado em articulação com o currículo, de acordo com as premissas da sustentabilidade socioambiental, gerando uma nova cultura na comunidade escolar. Envolve estudantes, membros da comunidade, professores, funcionários, gestores em diálogos constantes voltados à melhoria da qualidade de vida, por meio da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida (COM-VIDA), uma ação estruturante da educação ambiental já adotada em algumas escolas brasileiras, que seria um mecanismo para a readequação gradual e permanente da escola a essas premissas. (Trajeber;Sato, 2010, p.72)

O cuidado, a integridade e o diálogo são apontados como três pedagogias referenciais para a proposta de Escolas Sustentáveis. Dessa forma compreende-se que: currículo cuida e educa; a gestão cuida e educa; o espaço físico cuida e educa; o que corrobora para a ideia de que o cuidado é essencial para o educar. Sobre o cuidado Boff (1999, p.95) aponta que “o outro modo de ser no mundo se realiza pelo cuidado. O cuidado não se opõe ao trabalho mas lhe confere uma tonalidade diferente, nos permite não vermos a natureza e tudo que nela existe como objeto, mas sim como sujeitos com valores e símbolos, o que reforça a ideia de que, ao refletirmos sobre escolas na perspectiva da proposta de Escolas Sustentáveis, o cuidado é qualitativamente é um diferencial.

Se refletirmos sobre o atual cenário da educação brasileira, é certo supor que muitas escolas praticam educação ambiental: através de suas propostas curriculares específicas, das demandas surgidas nos diferentes sistemas de ensino e de demais outras iniciativas em muitos casos isoladas. O que uma proposta como a de Escolas Sustentáveis faz, é reunir essas

⁹ A Avaliação Ecosistêmica do Milênio é um programa de pesquisas sobre mudanças ambientais e suas tendências para décadas futuras. Foi lançado em 2001 com apoio das Nações Unidas e buscou contribuir para atingir os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio e o Plano de implementação da Conferência Mundial de 2002 para o Desenvolvimento Sustentável. O relatório conclui que as consequências negativas desta degradação podem se agravar significativamente nos próximos 50 anos.

diversas experiências de Educação Ambiental em um projeto sistematizado que de fato permita significativas transformações na escola, através de uma parceria com a comunidade escolar.

Dourado, Belizário e Paulino (2015, p.14) definem Escolas Sustentáveis como uma iniciativa que emane do Projeto Político Pedagógico (PPP) e reúna diversas frentes que expressem uma escola inclusiva, democrática, justa e ambientalmente responsável. Uma escola sonhada, onde sonhar seja possível para todas, todos e para qualquer um.

Muitas estratégias metodológicas podem ser sugeridas dentro da proposta que objetiva tornar as escolas de fato espaços educadores sustentáveis, entretanto a difundida pelo MEC, e demais iniciativas de que se tem conhecimento, debruçam-se sobre as possibilidades de repensar o espaço físico, o currículo e a gestão escolar.

Espaço físico: incorpora tecnologias e materiais mais adaptados às características ambientais e sociais de cada região. Isso resulta em construções com maior conforto térmico e acústico, eficiência energética, uso racional da água, baixa emissão de carbono, horta agroecológica, enfim, um espaço mais adequado para se viver e conviver.

Gestão: encoraja relações de respeito à diversidade, mais democráticas e participativas. O coletivo escolar constrói mecanismos eficazes para a tomada de decisões por meio da COM-VIDA.

Currículo: é iluminado por um Projeto Político Pedagógico que estimula a visão complexa da educação integral e sustentável. Valoriza a diversidade e estabelece conexões entre a sala de aula e os saberes científicos, os gerados no cotidiano das comunidades e aqueles dos povos originários e tradicionais. Incentiva a cidadania ambiental, estimulando a responsabilidade e o engajamento individual e coletivo na transformação local e global. (Oliveira; Sato; Zanon; Vargas; Albuquerque; Suzete; Pereira, 2010, p 13)

É necessário que as diretrizes se materializem em ações que possam inspirar e mover as redes de ensino, em seus diversos níveis e modalidades, em direção à constituição de sociedades sustentáveis. Para isso, são necessárias ações de políticas públicas. Foi com essa intencionalidade que surgiu a proposta de formulação do Programa Nacional Escolas Sustentáveis.

No contexto das políticas públicas de Educação Ambiental destaca-se nessa proposta o Programa Nacional de Escolas Sustentáveis (2014) que possui como principais objetivos:

- Contribuir para que as escolas se tornem espaços educadores sustentáveis, considerados como espaços que realizam sua própria transformação, na intencionalidade de educar para a sustentabilidade;

- Inserir a Educação Ambiental como tema transversal em todos os níveis e modalidades de ensino;
- Facilitar a internalização das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação ambiental.

A proposta dispõe, portanto, sobre as ações de apoio às escolas e instituições de ensino superior em sua transição para a sustentabilidade socioambiental, considerando as dimensões do currículo, da gestão e do espaço físico e está alinhada ao Tratado Internacional de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global.¹⁰

Como linhas de atuação, e com foco em internalizar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental nos sistemas de educação, o Programa prevê:

- Fomento às políticas estaduais de Educação Ambiental
- Formação continuada de professores em Educação Ambiental
- Conferências Nacionais Infantojuvenis pelo Meio Ambiente
- PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola Escolas Sustentáveis
- Ações de Extensão nas universidades
- Escolas e universidades na prevenção de riscos ambientais
- Ações voltadas para formação de lideranças juvenis – PNJMA – Plano

Nacional de Juventude e Meio Ambiente.

Não necessariamente nessa ordem de ação, mas de forma articulada e com vistas a inserção em todos os níveis e modalidades de ensino, essas linhas de atuação buscam possibilitar a construção de Escolas Sustentáveis.

¹⁰ "Este tratado, assim como a educação, é um processo dinâmico em permanente construção. Deve, portanto, propiciar a reflexão, o debate e a sua própria modificação. Nós signatários, pessoas de todas as partes do mundo, comprometidos com a proteção da vida na terra, reconhecemos o papel central da educação na formação de valores e na ação social. Nos comprometemos com o processo educativo transformador através de envolvimento pessoal, de nossas comunidades e nações para criar sociedades sustentáveis e equitativas. Assim, tentamos trazer novas esperanças e vida para nosso pequeno, tumultuado mas ainda assim belo planeta." (Disponível em: http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/Tratado_Educacao_Ambiental.pdf)

AS TRÊS DIMENSÕES E SEUS DESDOBRAMENTOS

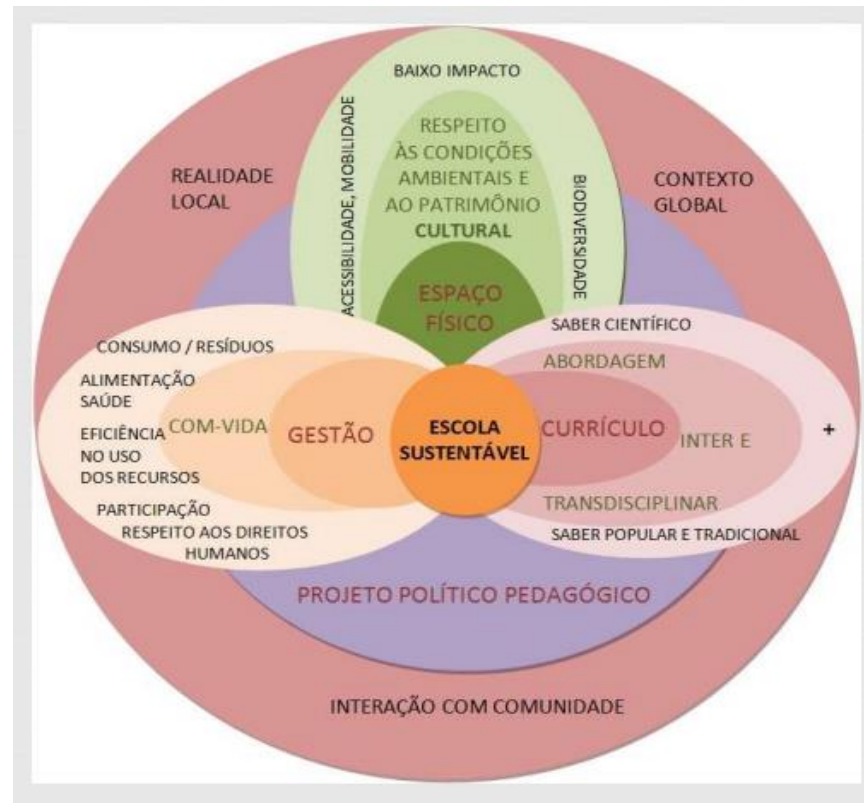


Figura 3 – Espaço físico, currículo e gestão e seus desdobramentos. Fonte: MEC, 2014 – PNES - versão preliminar de 17 de julho de 2014, p. 11.

As ações são voltadas para implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental na Educação Formal, para que as instituições educacionais sejam incubadoras e polos de irradiação de uma cultura fundada nos valores do diálogo, do cuidado, da solidariedade, da participação, do direito à diversidade e da sustentabilidade socioambiental. São estruturadas em cinco eixos articulados: I - Processos Formativos e Práticas Pedagógicas; II: Diagnósticos e Pesquisas; III: Comunicação; IV: Gestão e Infraestrutura; V: Articulação e interface com outros Programas, Planos e Políticas Nacionais. O PNES foi construído com escolas, redes de EA e gestores. Entre 2010 e 2014, foram criados mecanismos de “escuta” para saber o que pensavam as escolas sobre a proposta. A CGEA fez uma enquete com escolas que concluíram processos formativos em escolas sustentáveis, entrevistas com gestores públicos municipais e estaduais de educação, entrevistas com interlocutores do MEC e com gestores de programas federais, e também realizou encontros específicos para receber contribuições ao texto do Programa.

A proposta de Escolas Sustentáveis e COM-VIDAS investigada neste estudo, destaca a articulação entre as linhas de atuação: **Formação continuada de professores em Educação Ambiental**, na qual citamos os Processos Formativos em Escolas Sustentáveis e COM-VIDA; **as Conferências Nacionais Infantojuvenis pelo Meio Ambiente**, com destaque para sua IV edição, cujo tema foi “Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis”; e o **PDDE Escolas Sustentáveis**, que através da Resolução CD/FNDE nº18, de 21 de maio de 2013, traça orientações operacionais a escolas públicas municipais, estaduais e distritais, que possuam alunos matriculados na educação básica com a finalidade de fornecer a melhoria da qualidade de ensino e promoção da sustentabilidade socioambiental nas unidades escolares. Trata-se, de acordo com o Manual Escolas Sustentáveis (2013), especificamente de assistência financeira a projetos de Educação Ambiental desenvolvido pelas escolas, inicialmente em situação de risco socioambiental.

De acordo com o Manual são passíveis de financiamento: o apoio a criação e fortalecimento das COM-VIDAS; a adequação do espaço físico com vistas a destinação apropriadas de resíduos da escola, assim como a eficiência energética e o uso racional da água, conforto térmico e acústico, mobilidade sustentável e estruturação de áreas verdes. Cita-se ainda a promoção da inclusão da temática socioambiental no projeto político pedagógico das escolas através das COM-VIDAS.

A Coordenadoria Geral de Educação Ambiental do MEC considera a busca pela sustentabilidade socioambiental, assim como o exercício das diferentes linhas de ação, como um exercício constante e gradual, dessa forma pontuam que buscar construir Escolas Sustentáveis é lidar com o desafio constante de construir escolas em “transição para a sustentabilidade”.

Para melhor compreensão da proposta e as possibilidades de atuação difundidas pelo Programa Nacional de Escolas Sustentáveis relatamos abaixo a configuração das linhas de atuação em destaque:

Formação continuada de professores em Educação Ambiental – É fruto da articulação entre o Programa Mais Educação do MEC e a Rede de Educação para Diversidade (SECAD/UAB/CAPES), os Processos Formativos em Escolas Sustentáveis e COM-VIDA foram ofertados pelas UFOP, UFMT, UFMS, inicialmente em caráter presencial com duração de 40h para professores e gestores de escolas públicas e posteriormente ampliado para proposta EAD – Educação a Distância - com cursos de aperfeiçoamento e especialização de 180h e 360h.

Enquanto EAD foram utilizados o ambiente Moodle¹¹ e diálogos constantes. Na plataforma moodle foram disponibilizados textos, atividades de aprendizagem e demais recursos visando à formação docente.

A apresentação dos conteúdos nos processos formativos foi pensada em espiral, com vistas a contribuir para a formação gradual de sujeitos ecologicamente orientados. Assim a organização por módulos oportunizou reflexões que partiram do EU (estudante) e seu engajamento enquanto indivíduo; do OUTRO (escola) e a corresponsabilidade, para por fim refletir sobre o MUNDO (comunidade) tendo a escola como referência para a sustentabilidade.

Na perspectiva das Escolas Sustentáveis diversas opções de projetos, atividades podem ser criados e recriados, sempre buscando contextualização com os biomas e saberes e costumes de cada comunidade, assim todas as atividades propostas nos processos formativos descritos acima exigia a vinculação a uma escola, de preferência aquela que o professor ou gestor já se encontrava inserido, facilitando assim o desenvolvimento das atividades propostas e a articulação para as transformações esperadas no currículo, na gestão e no espaço físico das unidades escolares.

O **PDDE Escolas Sustentáveis** constitui um instrumento indispensável no que se refere a financiamento das ações educativas planejadas pelas escola através das COM-VIDAS. Ele faz parte do PDDE Interativo que consiste na assistência financeira às escolas públicas da educação básica das redes estaduais, municipais e do Distrito Federal e às escolas privadas de educação especial mantidas por entidades sem fins lucrativos. O objetivo desses recursos é a melhoria da infraestrutura física e pedagógica, o reforço da autogestão escolar e a elevação dos índices de desempenho da educação básica. Os recursos do programa são transferidos de acordo com o número de alunos, de acordo com o censo escolar do ano anterior ao do repasse. (FNDE, 2013)

De acordo com o Manual Escolas Sustentáveis (2013):

(...) A transição para a sustentabilidade da comunidade escolar passa necessariamente pela criação, estruturação e fortalecimento das COM-VIDAS. Isso envolve a destinação pela escola de espaço para o funcionamento desta comissão, bem como a realização de uma agenda permanente de ações, como situação socioambiental, promoção de palestras guiadas, oficinas, entre outras atividades identificadas como necessárias pelo coletivo escolar. (...) Como espaços de diálogos, a COM-VIDA ajuda a escola a projetar e implementar ações visando um futuro sustentável. Isso tem reflexos no exercício da cidadania, de respeito aos direitos humanos, a diversidade sociocultural, bem como na gestão do espaço físico da

¹¹ Software livre de apoio a aprendizagem

escola, aprimorando a eficiência no uso dos recursos e diminuindo o desperdício de água, energia, materiais e alimento.

Sobre esse repasse financeiro, a escola poderá utilizá-lo em uma ou mais ações relacionadas ao espaço físico, a gestão e ao currículo. (...) A COM-VIDA pode influir na política de compras e na destinação adequada de resíduos e outras práticas voltadas ao bem estar pessoal, coletivo e ambiental.

Como podemos observar, as COM-VIDAS possuem real significado na construção de Escolas Sustentáveis, ao ponto de serem propostas dos Processos Formativos, enquanto instrumento de intervenção pedagógica, assim como surgem como proposta de protagonismo estudantil durante as conferências infanto-juvenis, e também na composição PDDE Escolas sustentáveis, que objetiva dar condições financeiras para o desenvolvimento dos planos de ação estruturado pelas comissões e demais ações de Educação Ambiental nas Escolas

Ainda sobre as COM-VIDAS podemos inferir que, se sua atuação for de fato enraizada, torna-se mecanismo para expressiva participação local conforme refletimos adiante.

4.1 Processos Formativos em Escolas Sustentáveis e COM-VIDA

Profissionais da educação podem ser o grandes elos entre gestão, aprendizagem, aluno, meio ambiente e sociedade, por isso, a dimensão pedagógica é parte muito importante nos processos de ensino e capacitar esses profissionais é algo tão latente nas propostas de processos formativos em Escolas Sustentáveis.

Como já pontuamos as Universidades Federal de Ouro Preto – UFOP, Federal do Mato Grosso do Sul- UFMS e Federal do Mato Grosso – UFMT são precursoras na oferta de Processos Formativos em Escolas Sustentáveis e COM-VIDA. Esse foi um movimento iniciado em 2010, e que tomou forças principalmente de 2012 a 2014, quando movimentos pró Rio + 20 e o processo de construção do Programa Nacional de Educação Escolas Sustentáveis foram pauta de muitos diálogos e políticas no que tange a Educação Ambiental no país. Na imagem abaixo apresentamos o mapa, por Regiões Hidrográficas do Brasil, dos territórios onde os Cursos já foram ofertados pelas referidas universidades.



Figura 4: Oferta dos Processo Formativos . Fonte: Cead/ UFOP. Julho de 2015

Evidencia-se aqui o quanto a proposta de EAD ¹²facilitou a universalização dos processos formativos. Por educação a distância compreendemos a modalidade de ensino na qual professor e alunos não interagem no mesmo espaço físico, mas possuem suas relações mediadas por recursos tecnológicos e multimídia. Neste estudo nos debruçamos sobre a proposta ofertada pela Universidade de Ouro Preto, através do seu Centro de Educação Aberta a Distância – CEAD/UFOP, uma vez que essa possibilidade formativa, embasou diversos processos educativos no município de Barretos/SP.

O ambiente escolar é, historicamente, um espaço de referência social. Exerce papel formativo, capaz de possibilitar educação emancipadora e transformadora, assim os processos formativos aqui apresentados concebem os profissionais da educação como público alvo da

¹² O Decreto Nº 9.057/2017, regulamenta a Educação à Distância no país e define que a oferta de pós-graduação lato sensu EaD fica autorizada para as instituições de ensino superior que obtêm o credenciamento EaD, sem necessidade de credenciamento específico, tal como a modalidade presencial. A nova regra também estabelece que o credenciamento exclusivo para cursos de pós-graduação lato sensu EaD fique restrito às escolas de governo. O Decreto Nº 9.057/2017 também regulamenta a oferta de cursos a distância para o ensino médio e para a educação profissional técnica de nível médio. Fonte: MEC (2017)

capacitação. De acordo com o Cead/UFOP (2014) os Processos Formativos foram assim definidos:

O curso de aperfeiçoamento Educação Ambiental Escolas Sustentáveis e Com-Vida é um processo formativo para educadores que propõe uma jornada de estudos e práticas que articula ciências, arte, tecnologia, conhecimentos ancestrais, emoção e razão. Segundo orientações da Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC (CGEA) e da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), o curso aborda as mudanças ambientais globais a partir dos seus impactos nos quatro elementos (água, ar, fogo e terra), visando estimular os profissionais da educação básica a desenvolverem uma educação ambiental contextualizada de forma transversal à prática pedagógica da escola, na medida em que os capacita para a observação do território e da realidade socioambiental, étnica e cultural da comunidade escolar, com percepção político-científica do contexto global.

Em consonância com o Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global¹³, esta jornada é a oportunidade de colocar em prática a responsabilidade ética de mobilizar a comunidade escolar. Portanto, mais do que redutos de conhecimento formal, a formação é voltada para que as escolas se tornem centros de ensino-aprendizagem para a vida e para o cuidado com a vida. É assim que, por meio do sistema da Universidade Aberta do Brasil, na modalidade semi-presencial, o curso oportuniza a formação de multiplicadores em escolas de educação básica da rede pública com foco na temática da sustentabilidade humana e ambiental. O objetivo é formar coletivos comunitários habilitados a transformar a escola em espaço educador sustentável a partir da articulação entre currículo, gestão e espaço construído. E, sobretudo, formar professores do ciclo básico em Educação Ambiental, capacitando-os para o cumprimento da política nacional de educação ambiental.

A formação, distribuída em 5 módulos, é uma oportunidade de estudos sobre a diversidade e a biodiversidade brasileiras, uma vez que o curso é realizado nos estados de Alagoas, Amapá, Bahia, Espírito Santo, Minas Gerais, Pará, Rio de Janeiro e São Paulo. Esta diversidade (biológica, sociológica, cultural, enfim) requer escuta atenta para os processos complexos na relação humano-humano e humano-natureza e que, fatalmente, se traduzem em territorialidades no ambiente escolar. É, também, uma oportunidade de se desenvolver um diálogo consequente, metódico e produtivo pela educação, capaz de gerar projetos viáveis, que materializem os sonhos de escola sustentável, pautados no reconhecimento da riqueza de nosso país e engajados na distribuição efetiva de oportunidades para a superação das desigualdades e iniquidades. O material didático foi concebido e produzido de forma colaborativa e proporcional, entre as IESs: Universidade Federal do Mato Grosso (Módulo I), Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (Módulo II) e Universidade Federal de Ouro Preto (Módulo III).

A Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC (CGEA) propõe a realização deste curso considerando o relevante papel que a educação ambiental desempenha na melhoria da qualidade da educação, bem como na geração de atitudes responsáveis e comprometidas da comunidade escolar com as questões socioambientais locais e globais. A proposta encontra-se em consonância com o Programa Nacional de Mudança do Clima (PNMC) e é articulada e financiada pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI) / MEC e pela Coordenação Geral de Educação Ambiental do MEC (CGEA).

¹³ Em anexo na pesquisa

Em Barretos, os Processos Formativos foram ofertados através da Universidade Aberta do Brasil – UAB, na modalidade semi presencial, inicialmente com a proposta de aperfeiçoamento (curso de 40h) para professores, gestores, sociedade civil, depois curso de 180h, especificamente para profissionais da educação e por consequência na oferta de especialização *latu sensu*(360h), cujo público foram professores e gestores das redes municipais e estaduais de ensino, estudantes já graduados na área educacional ou correlata.

A Universidade Aberta do Brasil é um programa articulador entre governo federal e entes federativos que apoia instituições públicas de ensino superior a oferecerem cursos de nível superior e de pós-graduação por meio do uso da modalidade de educação a distância. De acordo com o MEC:

O programa busca ampliar e interiorizar a oferta de cursos e programas de educação superior, por meio da educação a distância. A prioridade é oferecer formação inicial a professores em efetivo exercício na educação básica pública, porém ainda sem graduação, além de formação continuada àqueles já graduados. Também pretende ofertar cursos a dirigentes, gestores e outros profissionais da educação básica da rede pública. Outro objetivo do programa é reduzir as desigualdades na oferta de ensino superior e desenvolver um amplo sistema nacional de educação superior a distância. Há polos de apoio para o desenvolvimento de atividades pedagógicas presenciais, em que os alunos entram em contato com tutores e professores e têm acesso a biblioteca e laboratórios de informática, biologia, química e física. Uma das propostas da Universidade Aberta do Brasil (UAB) é formar professores e outros profissionais de educação nas áreas da diversidade. O objetivo é a disseminação e o desenvolvimento de metodologias educacionais de inserção dos temas de áreas como educação de jovens e adultos, educação ambiental, educação patrimonial, educação para os direitos humanos, educação das relações étnico-raciais, de gênero e orientação sexual e temas da atualidade no cotidiano das práticas das redes de ensino pública e privada de educação básica no Brasil.

No município de Barretos/SP, o polo da UAB, onde foram realizadas grande parte das atividades do Processo Formativo, fica localizado na Rua 21 de abril, nº 240, Bairro Derby Club, com horário de funcionamento das 8h às 22h, da segunda a sexta feira, e das 8h às 17h aos sábados. O polo possui um blog¹⁴ onde divulga as atividades de todos os cursos que oferece.

Dentro da proposta do curso de especialização (360h), desenvolvidos em Barretos/SP, foram utilizadas plataformas virtuais de aprendizado (sistema moodle) com módulos de aprendizagem e vídeo aulas, material didático impresso, tutoria presencial e tutoria a distância, web conferências, além da presença de professores formadores, que compareciam ao polo bimestralmente, para realização de atividades complementares.

¹⁴ O endereço do blog onde o polo da UAB em Barretos/SP divulga suas ações está disponível em: <
<http://uabpolobarretos.blogspot.com>>

O curso apresentou uma densa carga de leitura, tida como atividade obrigatória, com textos necessários ao aprofundamento e contextualização dos temas tratados. Como atividades destaca-se também o *Saiba mais: atividade optativa, que propunha textos, vídeos e imagens capazes de enriquecer e aprofundar as abordagens; *Fóruns: como atividade obrigatória destinada a ampliação dos espaços de reflexão e discussão coletiva; *Wiki: destinados a criação coletiva de textos, com debates de ideias e conceitos; *Ligando contextos: indicações de possíveis conexões entre saberes e componentes curriculares, apontando caminhos didáticos para aplicação dos conhecimentos em sala de aula e *Atividade de aprendizagem: constituída para participação e produção do cursista em cada módulo estudado. Aliado a essas atividades semanais os cursistas possuíam ações de intervenção comunitária tais como: criação de projetos de Educação Ambiental, fomento de criação de COM-VIDAS, visitas técnicas, entre outras.

Algumas atividades, portanto foram empreendidas de forma individual, enquanto outras necessariamente foram coletivas, estimulando cada cursista a se envolver com um coletivo escolar e criar junto a escola propostas e soluções para cada realidade local.

O Processo Formativo em Escolas Sustentáveis e COM-VIDA, ofertado pela Cead/UFOP define a organização do módulos de aprendizagem da seguinte forma:

No modulo 1 partimos do EU, buscando o ENGAJAMENTO individual. O exercício da Pegada Ecológica pretende incitar a reflexão sobre as marcas que deixamos no mundo devido a satisfação de nossas necessidade e desejos. Por meio do exercício da memória recuperamos nossa história, a história de nossa família e dos nossos antepassados na relação com o ambiente. No módulo 2 caminhamos até o OUTRO, ou os outros com quem convivemos, em busca do exercício da RESPONSABILIDADE. Somos chamados a perceber o território escola: o nível de cuidado com o local, bem como os pactos e diretrizes firmados pelo Projeto Político Pedagógico. Queremos com isso estabelecer um marco zero, que servirá de referência para sonhar o diferente, uma base para mudança desejada. Como produtos desse módulo esperamos a criação ou a revitalização da COM-VIDA e o mapeamento socioambiental da escola. Essas serão nossas ferramentas para a ação transformadora que torna a escola um espaço educador sustentável. No módulo 3 projetamos nossa escola no planeta para perceber o MUNDO e adentrarmos as múltiplas possibilidades de atuação na busca da SUSTENTABILIDADE. Partimos da planta baixa da escola que temos, começamos a empreender o movimento para o desenho da escola que queremos, por meio de um cardápio de ecotécnicas. Pensando um projeto de mudanças, temos como produto esperado desse módulo a elaboração de uma proposta concreta de intervenção na realidade escolar. (ZANON et al,2010,p 14)

Na escola sustentável o eixo Espaço físico incorpora tecnologias e materiais adaptados às características ambientais da região, proporcionando maior conforto térmico e acústico,

eficiência no uso da água, energia e materiais, alimentos e na destinação de resíduos. O eixo Gestão refere-se relações humanas mais democráticas e participativas, organizadas em coletivos escolares tais como as COM-VIDAS e o Currículo, visto na perspectiva do PPP, baseado na visão complexa da educação integral e sustentável, estabelece conexões entre a diversidade de saberes e estimula a cidadania ambiental e o engajamento na transformação local e global.

Uma vez que os Processos Formativos em Escolas Sustentáveis e COM-VIDA atuavam sobre os eixos: ESPAÇOS FÍSICOS, CURRÍCULO E GESTÃO foram disponibilizados, aos cursistas, tutores, professores e biblioteca dos polos, materiais didáticos que colaboravam para a formação e materialização da intenção de transformar as unidades escolares em espaços educadores sustentáveis, e portanto apresentamos aqui as especificações dessas dimensões.

Espaço Físico

O espaço físico escolar é eixo fundamental para que a sustentabilidade ocorra, pois permite aos alunos vivências relacionadas ao ambiente, propagando uma educação ativa, onde o aluno possa tocar, ver e viver os conceitos de sustentabilidade, oferecendo ricas oportunidades de aprendizagem para os alunos (LEGAN, 2009). Essas experiências de aprendizagem, com base no espaço físico, tornam os conceitos ambientais mais acessíveis aos alunos, melhoram as relações interpessoais na escola, e melhora do comportamento frente ao ambiente e sua autoestima.

O Habitat na Escola é um laboratório de aprendizagem a céu aberto, que fornece componentes essenciais para sustentar a vida silvestre dentro da escola e traz oportunidades de experiência e aprendizagem para todas as idades. Muitos estudos já mostraram os benefícios da aprendizagem ativa com o meio ambiente. Autoestima e boa atitude em relação à escola melhoram quando os estudantes participam de experiências de aprendizagem com base no habitat (Sheffield, 1992). A melhoria nas habilidades sociais e de comportamento dos estudantes é a conquista mais importante relatada por professores. Experiências de aprendizagem com base no habitat têm um impacto positivo na compreensão da criança sobre importantes conceitos científicos e suas técnicas investigativas, na mesma medida em que há uma significativa melhora na sua atitude em relação ao meio ambiente (Skelly, 1997). Adolescentes que participam de atividades relacionadas com o habitat melhoram suas relações interpessoais em comparação com aqueles que não se envolvem. (LEGAN, 2009, p.13)

Assim, a aprendizagem através do espaço físico escolar fornece uma aprendizagem de mais qualidade, tanto de conceitos curriculares, quanto de valores e atitudes,

dando oportunidade para os alunos vivenciarem experiências mais ricas na escola, e essas atitudes e valores positivos permanecem mesmo na idade adulta.

Legan (2004) utiliza-se do termo eco-alfabetização para denominar o processo de aprendizado dos princípios básicos da sustentabilidade, como processo contínuo, afirmativo, multidisciplinar e multicultural.

A necessidade de cooperação e colaboração de diversos parceiros ao se desenvolver projetos e/ou relacionadas às mudanças no espaço físico ajuda o aluno a construir valores e melhorar as relações interpessoais, tornando a aprendizagem significativa. Legan (2009, p. 26) contribui ao afirmar que “principal objetivo para a educação para a sustentabilidade é a criação de um meio ambiente sustentável onde as pessoas possam viver e trabalhar”, assim a escola deve ter seu espaço físico como base para uma educação para a sustentabilidade, pois há uma grande incoerência entre ensinar valores para a sustentabilidade e não os vivenciar.

Na escola sustentável, o espaço físico cuida e educa, pois tanto as edificações quanto o entorno arborizado e ajardinado são desenhados para proporcionar melhores condições de aprendizagem e de convívio social. As edificações integram-se com a paisagem natural e o patrimônio cultural locais, incorporando tecnologias e materiais adaptados às características de cada região e de cada bioma. Isso resulta em maior conforto térmico e acústico, eficiência energética, uso racional da água, diminuição e destinação adequada de resíduos e acessibilidade facilitada. (BRASIL, 2012)

Assim, pode-se compreender a importância da sustentabilidade no espaço físico escolar e na educação de forma global, pois o espaço físico não é neutro, a forma como o espaço é construído, organizado e cuidado representa um conhecimento que é transmitido da escola para o aluno, que ele aprende e internaliza, tornando-se parte do currículo. (CAVALIERI, 2007)

A consciência de que se pode melhorar o meio ambiente, os espaços de convivência e de aprendizado é uma sabedoria que deve ser levada adiante para as atuais e futuras gerações e por isso, ao tratarmos de Escolas Sustentáveis, nos referimos a tecnologias ambientais ecológicas, que podem ser simplificadas através de ecotécnicas, e que, segundo Pereira (2015,p.11) “uma vez desenvolvidas na escola, estimulam responsabilidades comunitárias com o meio ambiente.”

Por ecotécnicas concebemos: telhado verde, ventilação do telhado para conforto térmico, compostagem e horta orgânica integradas ao tratamento de resíduos sólidos, captação de água de chuva, utilização de óleo de cozinha, fogão solar, técnicas de economia de água e energia, entre outros.

As tecnologias devem ser concebidas levando-se em conta os saberes da comunidade onde a escola está inserida, além de basear-se nos paradigmas da sustentabilidade, como baixa pegada ecológica¹⁵, estética, beleza, conforto e eficácia, e nos conhecimentos e tecnologias científicas desenvolvidas. As ecotécnicas devem, portanto, associar diferentes conhecimentos na implantação e/ou desenvolvimento de tecnologias ambientais, algumas de suas premissas estão descritas no documento “Atividades transformadoras e ecotécnicas” (PEREIRA et al, 2010). Elas: adaptam-se aos diferentes biomas e ecossistemas; Baseiam-se na ética do cuidado e são regidas pelo princípio da precaução, ou seja, no reconhecimento de que a existência de riscos requer a adoção de medidas que possam prever possíveis danos; Não agridem o ambiente e a paisagem; Permitem a reciclagem constante de matéria e energia, reproduzindo aquilo que ocorre constantemente na natureza: o resíduo de uma atividade se transforma em alimento para outra; Têm custo viável e fácil implantação, isto é, permitem que todas as escolas as incrementem. Podem ser aplicadas na escala das famílias e comunidades; Geram energia e reproduzem a vida, em vez de consumi-la.

Assim, as premissas básicas das ecotécnicas são seu baixo custo, cuidado com o meio ambiente e recursos naturais e possibilidade de ser utilizada em larga escala. Esse caráter de fácil aplicação e adaptação permite que os alunos apliquem nas escolas e possam aplicar na comunidade onde estão inseridos, na casa, bairro e cidade, dando vida a tudo o que é ensinado e praticado na escola, transformando suas atividades e desenvolvendo uma educação ativa.

As ecotécnicas mantêm uma relação estreita com os saberes populares e a cultura local e também incorporando conhecimentos contemporâneos inovadores, buscando manter uma relação baseada no cuidado com o outro e com o ambiente e na ética da responsabilidade. As tecnologias baseiam-se nos 5R, primando por repensar, respeitar, recusar, reutilizar e reciclar. Desse modo, priorizam a eficiência, o conforto, a estética e a redução de consumo de materiais, dando prioridade a componentes com menor pegada ecológica, que representem um menor custo ambiental e econômico para construção e utilização das tecnologias.

A definição das ecotécnicas a serem utilizadas no ambiente escolar deve ser feito coletivamente, de modo que toda a comunidade tenha condições de participar de forma democrática na transformação da escola em um espaço educador sustentável, oferecendo seus

15 Segundo a W.W.F (Organização não governamental internacional que atua nas áreas da conservação, investigação e recuperação ambiental) A Pegada Ecológica de um país, de uma cidade ou de uma pessoa, corresponde ao tamanho das áreas produtivas de terra e de mar, necessárias para gerar produtos, bens e serviços que sustentam seus estilos de vida. Disponível em: <https://www.wwf.org.br/natureza_brasileira/especiais/pegada_ecologica/>

saberes e colaborando para a construção da identidade local, umas das formas de se construir isso é através da atuação das COM-VIDAS.

O módulo III, enquanto referencial bibliográfico no curso, apresenta tecnologias ambientais e a planilha Marco Zero da escola como possibilidades de repensar o espaço físico das unidades dentro de uma perspectiva sustentável.

O Marco Zero consiste em um levantamento inicial sobre as condições de infraestrutura e de consumo da escola, configurando-se como um mapeamento que registra o ponto de partida da escola antes de dar início às atividades voltadas para a transformação da escola em um espaço educador sustentável. Essas medições são importantes para acompanhar os avanços e possíveis retrocessos da escola ao longo do tempo e identificar pontos que precisam ser abordados prioritariamente. (SECADI, 2012)

A COM-VIDA da E.M. Dr. João Ferreira Lopes utilizou-se da planilha Marco Zero para realizar o levantamento das dificuldades e o consumo de suprimentos da escola, a Comissão também elaborou a planilha de prioridades de ações, que facilitaram a definição dos projetos a serem desenvolvidos com vistas a melhoria do espaço físico da instituição escolar.

Currículo

A escola, revestida de uma intencionalidade educadora, direciona a construção do aprendizado, considerando a realidade das pessoas e demais componentes do território, contribui para a construção da identidade dos atores sociais que a compõem e representa, assim, entre os pilares metodológicos para a atuação da COM-VIDA, os processos formativos propõem o conhecimento sobre a realidade socioambiental do território, que é construído com base na perspectiva de construção de um currículo transdisciplinar(mesmo que ainda utópico), uma vez que a complexidade de um território abrange aspectos como história e geografia do mesmo, localizações distâncias, sinalizações, limites políticos e naturais, componentes arquitetônicos , saberes tecnologias, biodiversidade, clima, solo, bacia hidrográfica, atividades cotidianas, situações socioambiental atual e suas causas e consequências, responsabilidades, potencialidades e fragilidades, entre outros aspectos.

Através do Projeto Político Pedagógico – PPP as escolas podem inserir a Educação Ambiental nos currículos e gestão escolar. Se construído/executado de maneira participativa o PPP pode se tornar instrumento de planejamento estratégico no processo educativo.

Segundo Pereira (2015), o PPP não deve ser compreendido como uma atividade fim, uma ação burocrática de cumprimento de exigência legal, nem mesmo deve ser entendido

como uma proposta técnica de alcance de resultados, mas sim revelar a intencionalidade daqueles que desejam, de fato, fazer da educação um caminho para melhorar a vida das pessoas.

A realidade da escola, a visão de mundo e as utopias de professores, estudantes, funcionários, comunidade e familiares podem e devem ser discutidas politicamente no interior da instituição.

Veiga (2002) aponta o PPP como organização do trabalho pedagógico da escola e, portanto, deve ser construído pela própria escola, a partir de seu contexto e avaliação. Além de um agrupamento de planos e atividades de ensino, o PPP deve ser construído e vivenciado com intencionalidade e compromisso com a realidade e os interesses da população local, da formação de cidadãos participativos, responsáveis, criativos, solidários e críticos. A autora afirma ainda que a relação entre as dimensões política e pedagógica do PPP está atrelada a identidade e autonomia de cada escola que, na perspectiva crítica, se reconhece como espaço público, lugar de reflexão, diálogo e decisões coletivas, cuja prática pedagógica corresponde ao interesse da maioria.

O PPP deve nascer na própria escola a partir da vivência de seus membros e planejada em conjunto com suas instâncias administrativas superiores, às quais cabe ainda, o papel de apoiar com assistência técnica e financeira as ações pedagógicas da escola, o que exige uma mudança estrutural na concepção e na prática das instâncias superiores, uma vez que o sistema de ensino é um braço do sistema capitalista vigente.

Segundo Veiga (2002), o currículo se refere à sistematização do conhecimento escolar historicamente produzido e formas de assimilá-lo e reinterpretá-lo, além de produzir novos conhecimentos com objetivo, referencial teórico e estratégias metodológicas definidas. O currículo não é um instrumento neutro, mas desvela uma ideologia regida por um contexto social. Sobre isso, alguns pontos destacados são: a organização curricular que, quanto mais fragmentada em disciplinas que pouco dialogam, mas dificultam ao educando a visão do todo e a compreensão entre o conteúdo estudado e a realidade; e o currículo oculto, que se traduz na transmissão velada de normas e valores arraigados pelo ambiente escolar, pelo material didático e pelas relações interpessoais.

Ainda sobre Currículo, dentro da proposta de Escolas Sustentáveis, destaca-se a proposta de construção e execução de projetos. Legan (2009) contribui ao pontuar que a o trabalho por projetos pode ser uma ótima forma de atingir objetivos fundamentais sem aumentar o problema de currículo sobrecarregado. Os projetos possuem a característica de

ênfatar o pensamento crítico e criativo, a resolução de problemas, a tomada de decisões, a análise, o aprendizado cooperativo, a liderança e a capacidade de comunicação.

O aprendizado por projetos dá a oportunidade aos estudantes de participarem na decisão de como e do que vão aprender, enquanto constroem a motivação intrínseca para criar soluções, perguntando e refinando a questão, debatendo ideias, fazendo previsões, planejando experimentos, coletando e analisando dados, estabelecendo conclusões, comunicando suas ideias e descobertas aos outros e elaborando novas questões. (...) O trabalho com projetos pode ser visto como parte integrante do currículo, planejado em negociação, apoiando e estendendo os elementos instrutivos formais do professor. Os estudantes que tem liberdade para escolher estratégias diferentes de aprendizado ficam mais engajados no processo e terão mais probabilidade de enfrentar problemas com uma mente aberta. (LEGAN, 2009, p.14)

Gestão

O eixo gestão reflete sobre a gestão democrática e participativa na escola. Sabe-se que a educação modificou-se no Brasil após a Constituição de 1988, trazendo novas perspectivas políticas, sociais, culturais para a sociedade. As escolas e o modelo de ensino foram revistos com a contribuição da LDB 9.394 de 1996, buscando a garantia de um ensino mais qualitativo e universal. A Gestão escolar, que antes se instituía de forma hierárquica e vertical, com diretrizes e processos burocráticos e administrativos, dá espaço para modelos de descentralização de gestão e de delegação de poderes e deveres, de forma ampla, possibilitando a participação popular. Sinaliza-se que a sociedade e suas vozes começaram a ser ouvidas e a escola passou a dar espaço para a comunidade, para o professor e o aluno. A comunidade é chamada a participar ativamente dos processos de ensino, interagindo e participando das decisões, tendo a escola maior função social, como referência de produção de conhecimento.

De acordo com Luck (2006, p.17) a gestão educacional é ampla e abrangente, se constitui como parte estrutural e dinâmica da qualidade de ensino. Na gestão temos o direcionamento, a coerência a ação educativa, a unidade do grupo de envolvidos no processo educacional, as regras, as estratégias, os caminhos e as ações devem tomar e sobre quais processos educacionais elas agem buscando de forma integrada a melhoria da aprendizagem e da qualidade de ensino.

Uma forma de conceituar gestão é vê-la como um processo de mobilização da competência e da energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possíveis dos objetivos da sua unidade de trabalho, no caso, os objetos educacionais. (LUCK, 2006.p21)

Assim, o trabalho educacional necessita agregar pessoas, integrando de forma coletiva todos os membros e segmentos que participam direta ou indiretamente do processo educacional, envolvendo e direcionando para a melhoria dos objetivos educacionais, dando oportunidade de surgirem mais vozes ativas. (PARO, 2007)

Na perspectiva de Escolas Sustentáveis é também, papel da equipe gestora propiciar condições para que este processo cresça e produza efeitos positivos, dando base a uma gestão participativa. A participação dos profissionais da educação dentro da perspectiva de gestão democrática deve constituir-se mais amplamente do que apenas delegar-se ao papel de inclusão e participação social e comunitária. É, mais que buscar o envolvimento de pessoas, criar condições e espaços para a participação.

Participação é conquista, mas também é aprendizado. Entende-se que não apenas os indivíduos, mas também as escolas devem ser espaços “aprendentes”. Sobre isso vale nos provocarmos sobre as contribuições de Demo (1999): (...) Processos participativos profundos tende a ser lentos; (...) participação supõe compromisso, envolvimento, presença em ações por vezes arriscadas e até temerárias; (...) Não existe participação suficiente, nem acabada...

O Processo Formativo em Escolas Sustentáveis e COM-VIDA propõem no decorrer do curso a metodologia de formação de COM-VIDAS, com base nos referenciais trabalhados nas Conferências Infantojuvenis, com destaque para a autonomia do cursista e núcleo escolar onde está inserido, quanto ao modelo de formação da COM-VIDA (respeitada as configurações, realidades e necessidades de cada escola e equipe escolar); assim como, a construção de um projeto intitulado como “ Nossa escola sustentável” que dará condições metodológicas para construções de ações.

Sobre a COM-VIDA, essa comissão tem a função de promover intercâmbio ente a escola e a comunidade, com foco nas questões socioambientais que foram indicadas durante o processo de construção do PPP das escolas. Possui como um de seus objetivos, segundo o material didático da UFOP (2010, p.39):

(...) A criação de espaços na escola que possibilitem o pleno exercício da cidadania. Espaços de debate, para tomada de decisões compartilhadas entre gestores(as), professores (as) e estudantes, que assim terão a possibilidade de exercer controle social e realizar a gestão da escola sustentável.

Como demanda do curso, caso a escola já possuisse COM-VIDA (em se tratando de uma escola de ensino fundamental II ou ensino médio participante de alguma Conferência Infantojuvenil) caberia ao cursista analisar os processos de criação e implantação, assim

como realizar um estudo aos documentos (portifólios) relativos as ações desenvolvidas pela COM-VIDA , buscando compreender aspectos positivos e negativos, assim como pontos a serem melhorados.

No caso de a escola, na qual o cursista estivesse inserido, não possuísse COM-VIDA caberia a ele, aliado a equipe escolar, articular meios para cria-la e/ou reativa-la começando pelo estabelecimento de um Acordo de Convivência¹⁶(o acordo é um conjunto de entendimento feito entre as pessoas para facilitar o funcionamento da COM-VIDA), pactuado entre estudante, professores, gestores, funcionários e integrante da comunidade, identificados no mapeamento social ambiental da escola (planilha Marco Zero) e no PPP da escola.

O Diagnóstico é uma das etapas mais importantes de todo planejamento, pois representa o momento em que os planejadores se defrontam com a realidade que pretendem alterar. Afinal, um planejamento existe para modificar uma situação. O principal objetivo do diagnóstico é ajudar a escola a fazer o seu "raio X", ou seja, conhecer a situação presente e, a cada 82 momento, tentar identificar os principais problemas e desafios a serem superados. E para que ele reflita bem essa realidade escolar, precisa ser elaborado com a participação da comunidade escolar. (BRASIL, 2014b, p.7)

A criação de COM-VIDAS, trabalhada nos Processos Formativos da UFOP, pauta-se na mesma metodologia utilizada pelas Conferências Infantojuvenis para o Meio Ambiente. Propõe portanto a Oficina do Futuro que se constitui dos seguintes passos:

1º passo: ARVORE DOS SONHOS – Nessa dinâmica, as pessoas são estimuladas a revelar os seus sonhos para o futuro da escola, uma escola sustentável, podendo ser desejos de curto, médio e longo prazo.

2º passo: CAMINHO DAS PEDRAS – A partir desses sonhos, o coletivo identifica os obstáculo e os desafios para sua concretização. Chegando assim, ao quadro dos problemas que impedem a existência da escola dos sonhos, da escola sustentáveis.

3º passo: PLANO DE AÇÃO – O coletivo desenvolve propostas para a resolução compartilhada dos problemas e estabelece um cronograma para a realização das ações, identificando o que é necessário para implementá-las.

Difere-se, entretanto na mobilização para a criação, pois nas Conferências os mobilizadores são os alunos e nos processos formativos, acabam sendo os próprios professores, gestores e/ou demais profissionais da educação e membros da comunidade que em algum momento tiveram contato com a proposta do curso, como ocorreu com a criação da

¹⁶ Modelo do Acordo de Convivência construído pela COM-VIDA da E.M. Dr. João Ferreira Lopes encontra-se em anexo.

COM-VIDA da E.M. Dr. João Ferreira Lopes em Barretos/SP, que teve o processo iniciado por uma mãe de alunos em 2011, cursista da primeira oferta dos Processos Formativos em Escolas Sustentáveis no ano de 2010.

Em ambas as possibilidades, através das Conferências Infantojuvenis ou dos Processos Formativos, a construção do Acordo de Convivência e o encaminhamento para análise do PPP das unidades escolares, interação como os demais colegiados da escola (A.P.M, Conselho de Escola, Grêmios Estudantis, etc), a construção do diagnóstico socioambiental da escola e de uma plano de ação é indispensável.

Sobre isso destacamos:

A construção coletiva do Acordo de Convivência faz dele um compromisso pelo qual sentem-se responsáveis. A elaboração do documento depende, entretanto, de uma compreensão compartilhada a respeito de princípios tais como respeito mútuo, solidariedade, tolerância, transparência, reconhecimento do espaço do outro, conceitos esses fundamentais para a consolidação de uma cultura de paz. Por isso, é importante que o processo de elaboração desse documento seja permeado por um debate acerca desses temas, de forma a consolidar valores de convivialidade. (PEREIRA, 2010.p40)

O grupo mobilizado para refletir sobre o espaço construído da escola estará apto a propor mudanças para a transformação efetiva da escola, em um espaço educador sustentável, sobretudo em termos de estrutura física. Entretanto, tais reformas, dependem de uma série de fatores que devem ser levados em consideração, tais como: decisão sobre prioridades, orçamento disponível, o tempo para implementação de cada ação. Essas questões devem ser consideradas ao se pensar a intervenção na escola, e devem por isso, fazer parte de um projeto que organize e viabilize as transformações desejadas. (PEREIRA, 2010, p.55)

5 COM-VIDAS COMO MOBILIZADORAS DA PARTICIPAÇÃO DA COMUNIDADE LOCAL E DE TRANSFORMAÇÕES SOCIOAMBIENTAL NAS ESCOLAS

Entendidos os processos de construção e a importância das COM-VIDAS para possíveis transformações socioambientais nas escolas, buscamos compreender como essa proposta de efetivou no cotidiano escolar. Além dos processos construídos na cidade de Barretos/SP e já brevemente pontuados no decorrer do trabalho, agora detalhados nessa sessão, a partir das contribuições de Toro-Tonissi (2016); Alonso (2016) e Gonçalves(2016,) ambos ex cursistas da Especialização em Escolas Sustentáveis e COM-VIDA realizada na cidade de Barretos, relatamos também as reflexões compartilhadas por Freitas (2015) e Carvalho (2015) ao descreverem e analisarem o desenvolvimento do programa “ Vamos

Cuidar do Brasil com escolas Sustentáveis” na Escola Estadual Antônio Padilha no município de Sorocaba/SP e as Experiências no município de São Leopoldo/RS respectivamente. Dentre as diversas contribuições que os respectivos trabalhos apresentam focamos nas atuações das COM-VIDAS, uma vez que são objeto de investigação dessa pesquisa.

Em Sorocaba/SP, Freitas (2015) vivenciou a proposta de COM-VIDAS na perspectiva de professora facilitadora do processo dentro da unidade escolar Antônio Padilha. Assim, relata em sua pesquisa, que apesar de já possuir uma afinidade com a temática ambiental, a trajetória para a construção da COM-VIDA foi decorrência da realização das Conferências Infantojuvenis para o Meio Ambiente e da necessidade da escola indicar alguém para facilitar esse processo dentro da unidade escolar. Destaca que a implementação do programa aproximou a escola das questões ambientais, sendo possível a realização de diversas práticas educacionais relacionadas ao tema, inicialmente com os alunos do 8^a ano, que possibilitaram o desenvolvimento, por parte dos estudantes participantes do processo (demais séries da escola), de princípios, valores e atitudes ligadas à sustentabilidade e que isso se evidenciou na motivação que um estudante dava ao outro. Chama a atenção também para o papel que docentes e demais membros da escola desenvolvem frente a sua relação com o espaço escolar.

Em nosso cotidiano vamos acostumando-nos com a realidade, deixando-a se tornar normal, não a questionando para transformá-la. Isso serve tanto para os estudantes e os demais indivíduos que veem o ambiente escolar sujo e não se importam, quanto para os educadores que muitas das vezes vão esvaziando suas práticas por dificuldades encontradas no dia-a-dia, sem ao menos refletirem acerca delas.

Freitas acredita que, por possuir uma formação inicial por base crítica, foi possível construir junto aos estudantes diferenciais nos processos educativos. “Optei por realizar as ações práticas do projeto dentro de uma perspectiva crítica de Educação Ambiental com foco em uma Educação para a Sustentabilidade e para isso contemplando uma educação dialógica.” (2015 p.63)

Destaca que a mudança de postura dos estudantes e comunidade escolar frente as questões socioambientais da escola, gerava novas mudanças de postura. Ex: antes os ambientes da escola que eram sujos passaram a ficar limpos; alunos maiores incentivavam os alunos menores no correto descarte do lixo; alunos envolviam os pais na realização das atividades com temáticas ambientais; composteiras e a horta tiveram resultados positivos visto no comportamento dos alunos que ficaram mais cuidadosos e interessados em cuidar do seu ambiente; o bairro passou a ser considerado sala de aula a medida que os projetos eram associados as ações do dia a dia e espaço onde a escola estava inserida. Narra entretanto,

algumas dificuldades para a realização de Educação Ambiental na escola, dentre as quais a dificuldade de financiamento e pouco envolvimento de alguns professores no início do processo; alguns perderam o interesse, saíram de licença ou se aposentaram. Sobre isso indica que o correto cadastramento da escola em Programas como Mais Educação, que possui como uma de suas vertentes a sustentabilidade, e, portanto realizam o repasse financeiro para as unidades escolares desenvolverem suas ações, e o envolvimento da equipe gestora frente aos desafios surgidos, permitiram que os projetos se solidificassem e novos atores/professores se envolvessem com a temática ambiental de forma espontânea e sem coerção.

Freitas (2015) reconhece a importância do território para o diagnóstico e planejamento de ações de educação ambiental e por isso, sobre a escola em que atuou, ela pontua que:

A escola possui um importante papel histórico na cidade, sendo o primeiro grupo escolar fundado em Sorocaba em 1896, denominado 'Grupo Escolar Antonio Padilha', com quatro classes para cada sexo, correspondentes ao 1º, 2º, 3º e 4º anos do curso preliminar, que hoje correspondem aos primeiros anos do ensino fundamental I.

A escola localiza-se na região central da cidade, numa área com muitos comércios e de grande movimentação. A clientela da escola é diversificada com idade entre dez e dezenove anos. Recebendo estudantes de todas as regiões da cidade, até mesmo de municípios vizinhos. Os estudantes do ensino médio matutino, geralmente procuram a escola pela qualidade de ensino ofertado, pois possuem uma preocupação com a inserção em uma boa universidade e no mercado de trabalho. Já os estudantes do ensino médio noturno, além do interesse pela qualidade de ensino, também buscam a escola por trabalharem na sua proximidade facilitando a locomoção. No Ensino Fundamental, os pais buscam a escola pela preocupação com a segurança dos filhos, pela qualidade de ensino ofertada e pela organização da Unidade Escolar. A proposta pedagógica da escola é alicerçada em alguns pilares, como descrito no PPP (2014). São estes: aprender a ser que demonstra a preocupação da escola com a formação do estudante para atuação na sua vida futura; aprender a viver cuja prioridade é a prática de atividades colaborativas entre os estudantes, ressaltando o respeito mútuo entre as diferentes opiniões e por fim aprender a fazer que busca a construção de habilidades e competências para que o estudante possa desenvolver seu processo de construção do conhecimento e de formação individual e coletiva para a vida na sociedade. A escola tem como objetivo priorizar em suas ações educativas a construção de conceitos, princípios, valores e atitudes que orientem os estudantes no processo de aprendizagem para a sua formação como cidadão. Sendo assim, a escola é aberta para projetos pedagógicos que forneçam esses suportes para o desenvolvimento dos estudantes. Na escola existem, além do projeto COM-VIDA, outros projetos como o projeto de xadrez, projeto solidariedade, rádio na escola e grupo de estudo de matemática. Entretanto, esses projetos muitas das vezes são conduzidos por apenas um professor, com poucos colaboradores.

Para Freitas (2015) :

A formação da COM-VIDA possibilitou ampliar para toda a escola os ideais de sustentabilidade através de atividades de conscientização que os estudantes desenvolveram durante todo o ano. Através da COM-VIDA os estudantes da E. E. Antonio Padilha vivenciaram valores e atitudes sustentáveis em experiências ambientais práticas. Todo esse processo contribuiu para a disseminação de valores e

atitudes sustentáveis, que envolvem amor, responsabilidade e respeito, na ocasião do desenvolvimento de práticas relacionadas ao contato com a natureza, plantio de alimentos, descarte adequado de resíduos, ações solidárias e conscientizadoras e muitas outras práticas durante o processo. Acrescentando conhecimentos relevantes para suas vidas, os quais fortalecem uma formação socioambiental e humanizada e que são essenciais para uma nova cultura sustentável. Sendo assim, a COM-VIDA é uma alternativa para que as escolas organizem novas práticas de EA.

(...) Primeiramente os estudantes devem ser os protagonistas de todo o processo de desenvolvimento da COM-VIDA. É necessário que o estudante se sinta parte da escola e da comissão, sentimento esse que irá motivá-lo a dar continuidade nas ações propostas. O trabalho da COM-VIDA deve ser pautado na responsabilidade, coletividade, participação, solidariedade e no amor. Estabelecendo um ambiente democrático e colaborativo durante suas ações. E por último, mas também importante, encontra-se o papel do professor orientador da COM-VIDA, essencial para a formação da comissão. É o professor que irá conduzir o grupo. Ele deve despertar nos estudantes o interesse pelas questões ambientais, motivá-los a querer fazer parte de um projeto ambiental, organizar o grupo para a primeira reunião e explicar o que é a COM-VIDA e seus objetivos. Além disso, esse professor tem a função de mediar às relações entre os próprios estudantes e entre eles e a gestão da escola, conduzir discussões ambientais, e orientar as práticas realizadas, porém sempre deixar os estudantes se expressarem livremente na tomada de decisões nas realizações das ações tornando-os protagonistas do processo. Deste modo, o professor responsável é fundamental para o bom desenvolvimento da comissão. A formação da COM-VIDA na E.E. Antonio Padilha proporcionou aos estudantes um espaço de vivências ambientais, com o objetivo de discutir aspectos da sustentabilidade do ambiente e objetivando a melhoria da qualidade de vida dos estudantes. (FREITAS, 2015 p.89)

Ela destaca ainda que, ter vivido a experiência de implantação do Programa “Vamos Cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis” inicialmente gerou apenas pequenas mudanças. E aqui nos vale considerar, o que já pontuamos no trabalho quando tratamos de mudanças no espaço físico, currículo e gestão: os processos de transformação dos espaços escolares, arrigados de uma cultura pouco participativa, reprodutora e hierarquizada não se constituirá de uma hora para outra. É um processo lento e necessariamente profundo, que precisa ser iniciado de alguma forma. Assim Freitas (2015,p.95) considera como sendo uma pequena porem significativa mudança que conseguiu realizar no ambiente escolar junto com seus alunos e pontua:

(...) Em cada estudante que iniciou juntamente comigo essa busca por uma educação sustentável e também em mim. Pois, agora não sou a mesma educadora que iniciou, timidamente, esse projeto na escola, construí experiências relevantes que vão me auxiliar na construção de novas práticas ambientais (...) Durante todo tempo que o projeto esteve em vigor, podemos concluir que, os seres humanos ainda têm jeito de mudar para melhor, é só achar um meio que eles aceitem. Mudança nem sempre é bem aceita por todos, mas se pensarmos em meios que façam com que as pessoas comecem a pensar que seus hábitos podem não ser tão bons e até errados, conseguiremos mudar elas, e conseqüentemente, mudar nossa sociedade para

melhor, mas nunca sozinhos. Entre tantas coisas sustentabilidade também significa união, e sem ela, nenhuma mudança será feita.

SÃO LEOPOLDO/RS

Ao realizar pesquisa participante, Carvalho (2015) contribui com diversos relatos em primeira pessoa, o que nos permite inferir que, estar atuando dentro do processo de Escolas Sustentáveis e COM-VIDA constituiu um momento de profundo aprendizado para a pesquisadora. Em seu trabalho ela faz menção a três experiências: uma em educação infantil, duas no ensino fundamental, da qual uma delas com processo semelhante ao descrito em Sorocaba – formação de COM-VIDAS através das Conferências Infantojuvenis. Em todos os casos destaca que sem pessoas disponíveis para sensibilizar e provocar a internalização de “valores éticos, estéticos e morais em torno do cuidado com o ambiente” a construção de escolas sustentáveis tende a não ter sucesso.

Em um dos casos relatados e nos traz uma reflexão bem interessante sobre o processo de financiamento das COM-VIDAS em seu território de atuação, exemplo esse que nos utilizamos nesta sessão para encorpar nossas reflexões sobre atuação de COM-VIDAS, pontuando alguns entraves encontrados para a efetivação dessa proposta dentro das unidades escolares.

A maioria das observações ocorreu durante minha prática como professora na Escola Municipal de Ensino Fundamental (EMEF) Henrique Bier, em São Leopoldo, onde foi preciso ficar atenta, aprender a ver. Em estudos realizados durante minha participação no grupo SobreNaturezas5, muitas discussões giraram em torno de um novo modo de ver o mundo.

(...)As observações não se deram pelo distanciamento e sim no engajamento e imersão em um mundo real de documentos, prédios, pessoas, relações. Nesse sentido o que tentei foi observar como a proposta da política para ES foi acontecendo. Fui desafiada a observar o mundo a minha volta de outra maneira. (CARVALHO, 2015 p.20)

Carvalho (2015) compartilha que a Escola Municipal de Ensino Fundamental Henrique Bier inicialmente criou uma COM-VIDA não necessariamente por compreender a importância socioambiental e de transformação da escola, mas sim por compreendê-la como um mecanismo de captação de recursos. E isso inclusive impediu que a COM-VIDA se estruturasse. A pesquisadora não coloca isso num sentido de julgamento, mas sim como um alerta de como as informações chegam até os territórios escolares durante a implantação de

um programa governamental, e, portanto, consideramos pertinentes as reflexões propostas até o momento em nossa pesquisa.

Como já vimos, COM-VIDAS são um meio e não necessariamente o fim para obtenção de transformações almejadas, independente de repasses financeiros a proposta buscar pulsar e reconfigurar as escolas assim como outros colegiados importante quais como agremiações, Conselhos de Escola, APM.

Ao questionar sobre a existência no momento da Com-Vida na escola, relata se que ela foi criada com o propósito da conferência e para o planejamento do projeto para recebimento da verba. Como a verba ainda não havia chegado até a escola, a comissão não foi retomada. “Quando vier a verba a Com-Vida precisa ser montada”. Nesse ponto percebo o quanto a proposta para ES se encontra no início de sua implementação, pois segundo as leituras realizadas a Com-Vida deveria ser formada em uma escola independente do recebimento de verbas federais. É através dela que se criam os espaços de debate sobre questões sociais e ambientais na escola e na comunidade. (CARVALHO, 2015 p.80)

Notou-se, porém, na escola em questão, uma equipe gestora aberta ao diálogo e receptiva as contribuições que Carvalho ofereceu frente a necessidade de compreender como se estabelecia necessariamente o recebimento de verbas para o desenvolvimento de ações educativas, assim como, quais seriam as etapas necessárias para esse repasse. O cadastro, planejamento e uso das verbas enviadas pelo MEC através do PDDE-ES, assim como os outros programas do governo, ligados ao PDDE Interativo, são acessados através do CPF dos diretores de escola. As verbas deverão ser usadas conforme o que foi proposto no plano de ação. (CARVALHO, 2015 p.81)

Tal relato nos leva a inferir fragilidades na formação e instrumentação da equipe técnica de escolas e secretarias de educação, assim como a necessidade de uma reavaliação das formas de divulgação, e implementação de programas nas escolas.

Sabemos que as Conferencias Infantojuvenis são inicialmente destinadas a crianças e jovens dos 6º ao 9º ano e ensino médio, por consequência a grande maioria desse público se encontra lotada em unidades estaduais de ensino. A escola Henrique Bier, assim como outras analisadas por Carvalho, compunham os Sistemas Municipais de Ensino. A pesquisadora não faz esse apontamento, até mesmo porque a referida escola, mesmo que municipal, também atende crianças e jovens do 6º ano 9º ano, porém podemos inferir ser também esse, um dos motivos para as informações desconexas relatadas por ela.

De acordo com o MEC, inicialmente os repasses para o desenvolvimento e fortalecimento das COM-VIDAS e projetos de Educação Ambiental seriam destinados a

escolas que já haviam realizado a Conferência, mas que posteriormente todas as escolas receberiam o repasse financeiro. É importante destacar aqui, que repasses financeiros federais são realizados mediante informações presentes no senso, por isso é indispensável as equipes gestoras manterem os dados atualizados.

Ainda sobre as dificuldades percebidas nas escolas relata:

Em relação ao envio do projeto, relata que ele foi enviado via PDDE (online). Preenchido com todos os valores planejados e enviado pelo sistema do PDDE-ES, inclusive a ata. “A gente tinha que ir preenchendo, até zerar”. Conforme o sistema a cada ação planejada um valor era estipulado e do total, R\$ 10.000,00, os valores iam sendo reduzidos até reduzir a zero. Também perguntei para gestora se ela achava positivo os projetos propostos pelo PDDE Interativo e ela falou que é “trabalhoso”. Pelo fato de não se ter conhecimento. “Quando tu não conheces. Quando tu não tens uma luz. Tu estás tateando e não sabe onde está tateando. Eu acho que precisaria um pouquinho mais de explicação”. E continuou: “A gente precisa de um suporte maior, porque a gente tem que resolver as outras coisas da escola, mas também tem que estar pensando nisso. A gente precisa de alguém que te de o suporte. Que te de uma resposta mais concreta, pois querendo ou não é o teu nome que está ali.”

Relatos semelhantes, em relação ao uso dos recursos do PDDE – ES, também foram observados em dois eventos que participei. Um ocorreu no município de Rio Grande, RS, no ano de 2014, denominado VI EDEA - Encontro e Diálogos com a Educação Ambiental, no qual, em uma roda de conversa, foi discutido sobre a proposta de política para ES. Uma das professoras presentes relatou que teve acesso a algumas escolas que receberam a verba do PDDE-ES e que a maioria não sabia por que e para que estavam recebendo a verba. Depoimento parecido a este escutei, no mesmo ano, em outra roda de conversa na X AnpedSul, em Florianópolis, Santa Catarina. Também foi relatada a falta de comunicação interna na escola. As escolas estão desinformadas sobre os projetos planejados e não têm conhecimento de quem e para quem foram construídos os Planos de Ação. (p.81)

Sobre isso constatou-se que a equipe gestora buscou se capacitar, com a ajuda de Carvalho e participou do processo de Conferência InfânciaJuvenil, a IV CNIJMA, desta forma constituindo sua COM-VIDA e portanto recebendo o suporte financeiro que contribuiu para o desenvolvimento das ações planejadas pela equipe através da atuação da comissão. Isso foi uma intenção da equipe gestora, pois, conforme contribui Carvalho (2015) ao preencher o plano de ação da escola para 2013, no PDE interativo foi apontado como prioridade o apoio a criação e fortalecimento de COM-VIDA, assim como a necessidade de adequação do espaço físico, eficiência energética, uso racional da água, mobilidade, restauração de áreas verdes e a inclusão da temática socioambiental no PPP da escola.

Ao acessar a ata de reunião foi possível contatar que estiveram presente no dia da reunião para a tomada de decisão “professores, funcionários, outros profissionais da educação, alunos, pais de alunos e outros membros da comunidade escolar”. A decisão primordial da EMEF Imperatriz Leopoldina foi por criar e fortalecer a Com-Vida da escola, para isso optaram por realizar (conforme ata de reunião): • Palestra sobre o histórico da Agenda 21 no Brasil e seu desenvolvimento no espaço escolar; • Palestra sobre o papel da escola no enfrentamento das alterações ambientais globais

impostas pelo homem, nas dimensões éticas, políticas, culturais, sociais, econômicas e ecológicas; Histórico da Educação Ambiental e seus métodos participativos de intervenção na realidade; Apresentação do processo de redes no Brasil e na Educação Ambiental e de processos de Educomunicação Socioambiental; • Quatro saídas de campo destinadas a locais públicos e ou aberto a visitação para constatação de conhecimento previamente discutidos; • Duas oficinas sobre história e estruturas de apoio; • Duas oficinas sobre ambiente e socioeconomia; • Duas oficinas sobre base populacional e diversidade; • Duas oficinas sobre conflitos e atores; 87 • Duas oficinas sobre arenas, foros e coletivos divididas em várias etapas na qual dividirei em blocos: 1º Bloco - Etapa um: de uma árvore dos sonhos; Etapa dois: Pedras no Caminho; Etapa três: Jornal mural; 2º Bloco – Etapa um: Com-Vida para ação; Etapa dois: Espaços de decisões coletivas; 3º Bloco – Etapa um: Rádio; Etapa dois: Vídeo; Etapa três: Jornal e Fanzine; (boletins bimestrais sobre o projeto e demais informações entregues para a publicação; elaboração e atualização de um blog como instrumento de divulgação e debate socioambientais; produção de chamadas ambientais com informações do projeto e demais informações para a rádio comunitária; produção de um vídeo atividades do projeto); • Aquisição de um notebook, material didático pedagógico, contratação de serviços de formação para os professores e aluguel de ônibus e vans. (CARVALHO, 2015, p.87)

A pesquisadora destaca que mesmo com todas as dificuldades encontradas, o recurso do PDDE-ES passa a ser um incentivo de expressiva contribuição para a construção de Escolas Sustentáveis.

BARRETOS/SP

Distinto do proposto pelo Ministério da Educação, a COM-VIDA da E.M. João Ferreira Lopes não surgiu a partir da conferência de Meio Ambiente na escola, mas com a iniciativa de uma mãe de aluno, como atividade do curso “Educação Ambiental Escolas Sustentáveis e COM-VIDA”, ofertado pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP. A iniciativa contou com o apoio da direção e coordenação da escola, que buscou unir forças para o aperfeiçoamento de projetos já existentes na escola e desenvolvimento de novos, com o apoio de toda a comunidade escolar e sociedade civil, visando transformar a escola em um espaço sustentável.

De acordo com dados do PPP da escola, E.M. Dr. João Ferreira Lopes está situada no bairro Rios, um bairro de periferia, como predominância de população de classe média baixa, e está próxima ao Hospital de Câncer de Barretos, hoje chamado de “Hospital de amor”. Entre as instituições e equipamentos públicos do bairro destacam-se o Instituto Cesalpina (ONG socioeducativa), a Igreja Matriz de São Luiz Gonzaga, a Escola Estadual Profº Benedito Pereira Cardoso, a CETESB –Agência Ambiental da Companhia Ambiental do Estado de São Paulo e Unidade Básica de Saúde.

O bairro não apresenta esgoto a céu aberto, nem córregos altamente poluídos. Os maiores conflitos socioambientais percebidos pela escola são o déficit de arborização urbana, o excesso de cães soltos pela rua e a disposição irregular de resíduos sólidos domiciliares em locais inadequados tais como canteiros públicos, calçadas, terrenos baldios que colaboram para a atração de vetores e doenças, com destaque para Dengue, que tem acometido uma parcela significativa da população barretense.

A escola Dr. João Ferreira Lopes atende aproximadamente 650 alunos entre os períodos da manhã, tarde e noite, oferecendo o ensino fundamental do 1º ao 5º ano, o Atendimento Educacional Especializado e o EJA. Atualmente, a equipe gestora é composta por um diretor e duas vices diretoras, porém no período de implantação da COM-VIDA e desenvolvimento das ações apresentadas no trabalho, contava com a atuação de uma professora coordenadora pedagógica na unidade escolar.

Ainda de acordo com o PPP da escola, suas prioridades são decididas em Conselho de Escola e APM – Associação de pais e mestres. Atualmente a escola financia suas ações através do repasse anual PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola), de recursos municipais para manutenção e aquisição de materiais de consumo e limpeza e verbas adquiridas através da APM, decorrentes de eventos realizados na escola.

Desde 2014, as aulas regulares são desenvolvidas com uso de material apostilado do Sistema Anglo de ensino. A escola apresenta, ainda, ações e programas como: apoio pedagógico, merenda escolar, transporte escolar, Bolsa Família, PROERD, Mais Educação e COM-VIDA (em processo de reativação).

A escola já teve significativa inserção na comunidade dos bairros ao entorno oferecendo por meio de parcerias, atividades voltadas ao aprimoramento do conhecimento, saúde e lazer da comunidade. Já foram desenvolvidas na escola: Projeto Melhor Idade (apreensão e prática para exercícios com adultos e idosos); Projeto Melhor idade (Inclusão digital para adultos e idosos).

Sobre a COM-VIDA destacamos:

A comissão teve sua primeira reunião em três de março de dois mil e onze, com a sensibilização da comunidade para o espaço escolar e posteriormente, utilizando-se de ferramentas da oficina do futuro, elaborou-se o Acordo de Convivência, A Árvore dos Sonhos e o Caminho das Pedras.

A COM-VIDA contava inicialmente com a participação de um membro da equipe gestora da escola, quatro estudantes, seis familiares, um funcionário da escola, um docente e

dois membros da comunidade. Contudo, mantendo-se o caráter vivo da Comissão, a quantidade e a participação dos membros teve grande variação ao longo do tempo, com a entrada e saída de diversos membros, alguns entrando para participações pontuais em projetos e atividades da Comissão, enquanto outros ofereceram sua contribuição voluntária e pessoal por diferentes períodos.

No início da realização das atividades, o grupo elaborou a planilha Marco Zero para realizar o levantamento das dificuldades e o consumo de suprimentos da escola, a Comissão também elaborou a planilha de prioridades de ações, que facilitaram a definição dos projetos a serem desenvolvidos.

Ao longo de sua existência a COM-VIDA da escola procurou envolver toda a comunidade escolar e do entorno em suas ações, de modo que os projetos se tornassem públicos, o que garantiu o sucesso de muitas de suas ações, pois contaram com auxílio externo para que se realizassem.

Toro-Tonissi (2016.p78) ao investigar o eixo currículo aponta que a partir da atuação da COM-VIDA a escola apresenta uma experiência significativa em projetos de Educação Ambiental, todavia é necessário repensar os componentes curriculares (disciplinas, áreas de conhecimento, gerenciamento de tempo) para que os educandos desenvolvam, além de habilidades fundamentais como leitura, escrita e cálculo, também habilidades especiais como trabalho em equipe, seleção e síntese da informação, saber tecnológico, tomada de decisões individuais e coletivas em situações de crise e mediação de conflitos em todos os âmbitos, e particularmente no que diz respeito a postura em relação às questões ambientais do seu território.

Para desenvolver esse eixo dentro da proposta de escola Sustentável a equipe priorizou a formação dos professores através de formações temáticas em HTPCs realizados na escola. Estabeleceu assim parcerias com biólogos, e demais profissionais que auxiliassem no estudo sobre o bioma, resíduos, lixo e bacia hidrográfica. Sobre isso evidenciou-se um interesse generalizado por projetos de Educação Ambiental e por uma aproximação com a COM-VIDA da escola. Toro-Tonissi (2016,p.79) assim pontua que:

Esta escola pode ser considerada um espaço de relevante abertura e participação de toda a comunidade escolar, tanto no diálogo e atuação conjunta dos gestores, professores, pais e estudantes no dia a dia da escola, quanto por meio de parcerias com instituições de voluntários. (...)É necessário porém, no que se refere ao currículo aprimorar a Educação Ambiental como tema transversal, com revisão do PPP com a participação da COM-VIDA.

Sobre a gestão da escola Gonçalves (2016) esclarece que a COM-VIDA é um bom exemplo da aproximação entre a escola e a comunidade. A E.M Dr. João Ferreira Lopes busca o desenvolvimento de ações horizontais e tem sua gestão construída nesse sentido. O posicionamento menos centralizado da direção da escola motiva e possibilita que projetos diferenciados nasçam na escola.

Abaixo apresentamos algumas as ações que ocorreram na E.M. Dr. João Ferreira Lopes, através da atuação da COM-VIDA, com destaque para as transformações no espaço físico:

- **Resíduos sólidos:** a escola tinha problemas com os resíduos que produzia, principalmente após o recreio, pois, independentemente das orientações dada por professores, a escola sempre ficava suja e com lixo no chão. Com o diagnóstico realizado através da Planilha Marco Zero, a Comissão constatou que havia muita sujeira porque não havia lixeiras suficientes para o depósito do lixo pelos alunos, o que dificultava o descarte correto. Foi constatado também que, o lixo escolar não era separado, sendo todo colocado no lixo comum. A partir deste diagnóstico foram realizadas as seguintes ações: aquisição de recipientes para depósito de lixo, a escola contava com apenas três lixeiras no pátio, o que não atendia a demanda da escola. Através da ação da COM-VIDA esse número ampliou-se para 15, facilitando o descarte correto dos resíduos pelos alunos e colaborando com a limpeza do pátio e espaços escolares.



Figura 5: Lixeiras na área entrada e no pátio da escola. Fonte: Portifólio da COM-VIDA da E.M. Dr. João Ferreira Lopes. Barretos/SP

- Utilização de lixeiras adequadas para separação de materiais recicláveis e de lixo orgânico e não orgânico. Contudo, pela dificuldade dos alunos compreenderem e separarem corretamente o lixo e também pela impossibilidade de dar destinação correta a ele, principalmente ao lixo não orgânico, esta atividade foi descartada na unidade escolar. As lixeiras para separação de materiais mantem-se na escola, contudo perderam parte de sua função, que era de separar corretamente os materiais.



Figura 6: Lixeiras para separação de materiais recicláveis

- Colocação de depósitos, nas salas de aula e na sala dos professores, para coleta de papéis a serem descartados. Esta atividade visou incentivar o reaproveitamento de materiais, redução do uso de papéis e destinação adequada para este material. O papel separado nestas lixeiras é enviado para a usina de reciclagem da cidade.



Figura 7: Coletores de papel para reciclagem. Fonte: Acervo E.M. Dr. João Ferreira Lopes

- Gerenciamento de materiais recicláveis: os papéis que a secretaria da escola descarta, os papelões recebidos pela unidade, como caixas de materiais e de uniformes são

destinados para a usina de reciclagem de materiais da cidade, que coletam estes materiais semanalmente na escola. Os livros didáticos velhos são oferecidos aos alunos para tarefas e recortes, os que sobram ou já recortados são também destinados para a usina, possibilitando a reciclagem dos mesmos.

- Através do diagnóstico, verificou-se que os bebedouros de água ficavam sempre sujos, porque os alunos não tinham um espaço adequado para lavar as mãos no recreio e após atividades de artes, e utilizavam os bebedouros para este fim. A COM-VIDA realizou, junto com a direção e o Instituto Cesalpina, uma Organização Não-governamental do bairro, as seguintes medidas: construção de três lavabos na escola, nas áreas de maior necessidade, sendo um próximo aos banheiros, um próximo à quadra e outro em uma área aberta do pátio. Foram instalados filtros de água nestes lavados para que os alunos também pudessem tomar água, caso assim desejassem.



Figura 8: Lavabo. Fonte: Acervo E.M. Dr. João Ferreira Lopes

- Construção de um escovódromo, onde os alunos pudessem escovar os dentes após as refeições na escola, evitando assim a sujeira no bebedouro de água, melhorando a higiene.



Figura 9: Escovódromo. Fonte: Acervo E.M. Dr. João Ferreira Lopes

- Plantio de árvores nativas na escola e seu entorno, de modo a ampliar o conforto térmico e acústico da escola, além de melhorar a qualidade do ar e proporcionar mais espaços agradáveis para os alunos. Este plantio envolveu todos os alunos e a comunidade, proporcionando a todos a possibilidade de plantar a árvore e aprender mais sobre o tema. O plantio foi realizado em duas etapas, a primeira consistiu no plantio da área interna e calçadas da escola, a segunda etapa foi a extensão do plantio para o bairro, quando os alunos e membros da COM-VIDA ofereceram mudas aos moradores da vizinhança, nesta atividade ampliou-se as ações da escola pela comunidade, ao mesmo tempo em que propiciou a melhora ambiental e estética do entorno.



Figura 10: Árvores plantadas na escola **Figura11:** Desobstrução de tronco de árvore.

Fonte: Acervo E.M. Dr. João Ferreira Lopes

- Desobstrução das raízes das árvores da escola: com a planilha Marco Zero, observou-se que muitas árvores da escola estavam sendo “estranguladas” pelo concreto e calçadas que circundavam os troncos, o que levava a quebra da calçada e diminuição da acessibilidade nestas áreas além de não possibilitar um crescimento adequado à planta. Assim, a COM-VIDA, em parceria com o Instituto Cesalpina mobilizou a comunidade escolar e realizou o recorte das calçadas em torno das árvores, possibilitando uma maior área de infiltração de água no solo, auxiliando na irrigação da plantas e sobrevivência das mesmas, e na correção do nível das calçadas, facilitando o trânsito de pedestres nas mesmas.
- Formação da horta escolar: a horta foi construída em duas áreas da escola, no cantinho ecológico e próximo à quadra poliesportiva. A horta possibilitou aos alunos vivenciarem a Educação Ambiental de forma prática, pesquisando e aprendendo sobre alimentação

saudável, crescimento e cuidado das plantas e manejo de solo. O plantio na horta ocorria em forma de rodízio, sendo que cada turma tinha oportunidade de participar da atividade e realizar o próprio plantio. Todo alimento produzido na horta é oferecido aos alunos, sendo servido na merenda e o excedente, levado para casa para o consumo das famílias destes alunos.



Figura 12: Hortas da escola. Fonte: Acervo E.M. Dr. João Ferreira Lopes

- Construção do mural ambiental, com o intuito de formar e informar os alunos sobre questões ambientais e projetos desenvolvidos na escola. Este mural foi construído na entrada da escola, área de maior circulação dos alunos, e nele as turmas tiveram a possibilidade de compartilhar conhecimentos, através da exposição de diferentes materiais selecionados pelos professores e alunos, que contemplam a Educação Ambiental, inclusive o compartilhamento de ações que a COM-VIDA desenvolvia
- Conserto e limpeza de condutores de água de chuva: esta ação foi desenvolvida em conjunto com a comunidade, com o intuito de melhorar a drenagem de água da chuva na escola e evitar que as calhas acumulassem água parada, evitando assim o mosquito *Aedes*.
- Adequação da sala dos professores de modo a torna o ambiente mais saudável: instalação de uma pia e de um bebedouro de água nesta sala.



Figura 13: Adequação da sala dos professores

Fonte: Acervo E.M. Dr. João Ferreira Lopes

- Construção da composteira: visando o desenvolvimento de um espaço de estudo na escola, em um caráter de ecotécnicas e a reciclagem de materiais orgânicos. Assim, a escola construiu, em parceria com a Prefeitura Municipal, a composteira, que recebe resíduos provenientes da cozinha escolar, como cascas de legumes, de ovos e folhas, que, através do processo de decomposição, transformam-se em adubo para a horta escolar. Os materiais orgânicos produzidos na escola e que não são adequados para a compostagem são destinados para a alimentação animal, sendo recolhido na escola por famílias que fazem este tipo de criação de animais.



Figura 14: Composteira. Fonte: Acervo E.M. Dr. João Ferreira Lopes

Importante pontuar outras atividades desenvolvidas pela COM-VIDA que, apesar de não interferirem diretamente no espaço físico da escola, são ações que resultam em grande impacto na Educação Ambiental da unidade, favorecendo a construção de saberes e competências relacionadas à preservação do meio ambiente e em ações individuais e coletivas que podem modificar a forma como se dá a relação com o consumo e com o planeta. São elas:

- **Desafio Brejolinho:** esta ação foi desenvolvida em parceria com a empresa Brejolo, produtora de óleo vegetal. Através do desafio a escola realizou ações educativas voltadas para a poluição causada pelo descarte inadequado de óleo de cozinha. Neste desafio os alunos passaram a levar o óleo usado e sujo para escola, fazendo o descarte em um recipiente adequado, que posteriormente era coletado pela empresa Brejolo. Os alunos também recebiam óleo novo na troca pelo óleo usado. A escola também desenvolveu com os alunos um projeto relacionado à produção de sabão a partir de óleo usado, dando a receita para as famílias e ensinando os alunos a produzirem o sabão, de modo a reduzir ainda mais a quantidade de óleo não utilizado pelas famílias.

- Arrecadação de caixas de leite vazias para confecção de brinquedos reciclados;
- Ações voltadas para reduzir o consumo de materiais descartáveis pelos alunos, com temas voltados para o consumo consciente de materiais, e na redução, reutilização e reciclagem de materiais.
- Incentivo à formação de professores na área ambiental, em cursos direcionados para a Educação Ambiental, como Congressos, Seminários e cursos.
- Muitas ações que aconteceram na escola, principalmente porque a questão ambiental está presente diariamente no ambiente escolar, ocorrem sem a interferência da COM-VIDA, ou sem a sistematização da mesma, como o caso do pergolado onde foi plantado maracujá, que foi construído pela turma da Educação de Jovens e Adultos - EJA, visando construir mais um espaço agradável para socialização na escola. Tal atividade não foi documentada pela Comissão, ou mesmo citado como tal, demonstrando que, para uma próxima avaliação diagnóstica do ambiente escolar, seria de suma importância que fosse sistematizado e divulgado as modificações já presentes no ambiente, oriundas da proatividade dos alunos e professores.
- Em 2011, paralelo a arborização no espaço escolar, foi realizado plantio de árvores no entorno da escola, como proposta de construção de uma quadra modelo.
- A Escola participou em 2012 de um documentário produzido pelo MEC sobre COM-VIDAS onde, juntamente com outras 4 escolas brasileiras compartilharam suas experiências de Educação Ambiental em conjunto com a comunidade onde as escolas encontram-se inseridas. Hoje esse material é referencial do MEC para organização das Conferências Infantojuvenis de Meio Ambiente.

Abaixo é apresentado o mapa escolar em dois momentos, o primeiro, com a escola antes das COM-VIDA, em 2011, e o segundo com todas as alterações no espaço físico escolar promovidas pela COM-VIDA. O mapa inicial é documento presente nos registros de atividades e como resultado da Planilha Marco Zero da Com-Vida da E.M. Dr. João Ferreira Lopes. O mapa com o redesenho da planta baixa da escola foi elaborado a partir das modificações presentes no espaço físico e das ecotécnicas utilizadas. Ele ilustram algumas as transformações ocorridas na escola.



Figura:15 Redesenho da planta baixa da escola antes das ações da COM-VIDA. Fonte: PPP da E.M. Dr. João Ferreira Lopes



Figura:16 Redesenho da planta baixa da escola depois das ações da COM-VIDA. Fonte: PPP da E.M. Dr. João Ferreira Lopes

Sobre a atuação da COM-VIDA na E.M. Dr. João Ferreira Lopes também podemos pontuar, segundo Alonso; Gonçalves; Toro-Tonissi (2016) que refletem o comprometimento e entrosamento de toda a comunidade para a melhoria da qualidade de vida na escola e no seu entorno, educando e ensinando cidadãos sobre as responsabilidades individuais e coletivas com o meio ambiente. A Comissão representa os objetivos previstos no PRONEA, quando promove a educação ambiental de forma permanente e continuada na escola, educando através do exemplo e de ações que reduzem o impacto causado pela escola no ambiente. Através do diagnóstico socioambiental participativo e planejamento coletivo, a escola viabiliza a gestão democrática, possibilitando aos sujeitos capacidade pessoal e coletiva de transformação da escola e, conseqüentemente, da comunidade.

As ações desenvolvidas na escola, de modo a transformar seu espaço físico, tem reflexos nos outros pilares da escola sustentável, que são currículo e gestão, pois para acontecerem elas exigiram uma gestão democrática, que reconhecesse e possibilita-se a participação Trata-se, no caso dessa escola, de um processo de reciprocidade, pois ao mesmo

tempo em que necessitou de uma gestão democrática para ocorrerem, as próprias ações e a Comissão fortaleceram a gestão da escola, tornando-a mais forte na unidade.

A COM-VIDA da escola também demonstra ter tido um eixo mobilizador vigoroso, pois, de acordo com os registros do portfólio da COM-VIDA, às reuniões e ações da Comissão sempre contaram com expressiva participação da comunidade. É notória a dificuldade que muitas escolas brasileiras apresentam quanto à manutenção da comissão, pois muitas vezes ela se forma e, com o passar do tempo, as mudanças de docentes/alunos e com as dificuldades do dia a dia, elas perdem sua prioridade e caem no esquecimento, como foi também pontuado por CARVALHO (2015) em suas observações na cidade de São Leopoldo/SP. Um dado relevante na cidade de Barretos/SP, é que no primeiro semestre de 2014, em decorrência da Especialização em Escolas Sustentáveis e COM-VIDA”, oferecido pela Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP formaram-se sete comissões nas escolas públicas municipais da cidade, onde haviam professores cursistas, sendo a formação e/ou fortalecimento de COM-VIDAS atividade indispensável no curso. Contudo, muitas Comissões desfizeram-se ao longo do tempo, sendo que, no final de 2014 havia apenas quatro atuando nas escolas municipais de Barretos segundo a COTEA- Comissão Técnica de Educação Ambiental da cidade, que no período atuava como fortalecedora das ações de Educação Ambiental desenvolvidas nas escolas públicas municipais. Este dado é alarmante e mostra como a presença de políticas públicas para incentivo à formação de Comissões se faz necessário, de modo que a vulnerabilidade das mesmas seja superada. O PDDE-Escolas Sustentáveis apresentou avanço neste sentido, ao oferecer recursos às escolas que buscam educar para a sustentabilidade, No entanto, como já relatamos, o programa dá prioridade a escolas que participaram da Conferência Nacional Infantojuvenil pelo Meio Ambiente, o que inibe e/ou impede que muitas escolas participem, pois muitas não tiveram condições de participar, ou não se enquadraram, portanto, à condição de escola beneficiada.

No que refere-se a COM-VIDA da E.M. Dr. João Ferreira Lopes, essa não foi inicialmente beneficiada pelo PDDE, mas teve suas ações fomentadas pela própria escola e por parcerias com instituições, comércio, e ONGS locais, além do respaldo que a Secretaria Municipal de Educação possibilitava na época para o desenvolvimento do PPP da unidade de ensino.

Como exemplo, apontamos a construção da composteira, realizada em parceria com a Prefeitura Municipal, que forneceu material e pedreiros; e o plantio das árvores, tanto no espaço escolar, quanto na quadra modelo, tendo a parceria do Instituto Cesalpina para o

corte do concreto das calçadas, e da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, que forneceu as mudas e os trabalhadores para o preparo das covas. Destaca-se ainda um significativo apoio da A.P.M da escola ao realizar promoções para arrecadar recursos para o desenvolvimento das ações de Educação Ambiental na escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao buscar compreender mais sobre COM-VIDAS, e seu potencial mobilizador de participação e transformações socioambientais na escola, este estudo oportunizou compreender as ampliações entre conceitos como sustentabilidade e desenvolvimento sustentável com, em nosso entendimento, uma contribuição ao apontar território como dimensão da sustentabilidade essencial para o diagnóstico e planejamento de ações socioambientais na escola. Compreender os espaços onde as escolas se encontram inseridas, assim como a cultura, limitações, necessidades desses locais auxiliam tanto no desenvolvimento do currículo, ao oportunizar criação de projetos e ações que busquem resignificar o papel da escola, quanto permitem a escola buscar adequações físicas capazes de gerar menos impactos no ambiente.

Compreender que tratar de sustentabilidade socioambiental hoje, remete a uma concepção de cidadania planetária também nos auxilia nas relações com o outro, com a natureza permitindo compreender que não existem necessariamente fronteiras, mas sim uma diversidade de diferenças, culturas, valores, concepções, ainda desconhecidas e/ou desvalorizadas. A construção de uma sociedade planetária exige um novo comportamento humano, menos degradante, mais coerente e ético com vistas a justiça ambiental.

Essa nova compreensão sobre o papel que exercemos na vida social, e por consequência no meio ambiente onde estamos inseridos, possibilita repensar inclusive nossas próprias ações cotidianas, nossas histórias, manias, condicionamentos e limitações, despertando dessa forma, um descontentamento sobre como agimos cotidianamente nos espaços onde estamos inseridos, aqui em destaque a escola, enquanto espaço de formação socioambiental.

Por consequência de trajetórias, planejamentos e ações, as COM-VIDAS podem oportunizar que o espaço escolar seja um ambiente de educação e cuidado, essencial para a construção de uma Educação Ambiental crítica e emancipatória, que considera as questões

sociais, ambientais, éticas, estéticas, econômicas, de raça, gênero e espirituais tão importantes quando as relacionadas a ecologia e preservação ambiental na discussão de sustentabilidade.

Assim, o desafio de construirmos Escolas Sustentáveis se inicia no diagnóstico, na compreensão e na elaboração de estratégias que permitam que a escola efetivamente transforme sua realidade e contribua para a construção de uma sociedade mais justa. Esse não é um processo solitário, tampouco sem referenciais; para que isso ocorra é indispensável criar dentro das escolas espaços de comunicação e participação. É preciso subsidiar as ações do coletivo escolar e criar condições para que a Educação Ambiental aconteça.

Em nosso estudo apontamos a COM-VIDA, fruto de Conferências Infantojuvenis e de Processos Formativos em Escolas Sustentáveis, como uma possibilidade de transformação da realidade escolar diante das demandas de currículo, gestão e espaço físico.

De acordo com Moreira (2013),

Por meio de um Acordo de Convivência, a COM-VIDA mobiliza a inteligência coletiva em pactos pela transformação do cotidiano escolar e da localidade mais ampla, seja o bairro, a comunidade rural, a cidade, em direção à sustentabilidade. A metodologia utilizada para isso envolve formas lúdicas de elaboração de projetos colaborativos e transformadores, em que todo o coletivo escolar tem voz e pode exercer responsabilidades.(...) No ambiente de interações concretas da escola, a COM-VIDA representa uma possibilidade de aprendizagem para o exercício compartilhado de poder. Reedita os círculos de cultura, preconizados pelo educador Paulo Freire, favorecendo a gestão democrática da escola.

Percebemos, porém, que a simples criação de COM-VIDAS, independente dos processos fundantes, não são garantias de transformações socioambientais; isso remete junto ao nascimento das COM-VIDAS, a participação contínua e a colocação da Educação Ambiental como algo importante no PPP da escola, porém nos três casos apresentados a simples ação de criar COM-VIDAS, aliada a busca da superação de desafios, já possibilitou impactos profundos na realidade das equipes escolares e territórios onde estavam inseridas . A participação assim reflete, e é reflexo de processos de gestão.

É importante pontuar também, que para desenvolver suas ações, as COM-VIDAS necessitam de fomentos financeiros e de parcerias. Na questão do financiamento destaca-se o PDDE Escolas Sustentáveis, todavia esse ainda não é uma realidade para todas as escolas nacionais, mesmo sendo parte integrante do Programa Nacional de Escolas Sustentáveis. Sobre isso o Programa Mais Educação auxilia as escolas que declaram no PDE Interativo intencionalidade de agir frente às questões ambientais no espaço escolar.

Acerca do financiamento, inferimos também que o possível enfraquecimento de diálogos entre sistemas de ensino, assim como fragilidades na implementação de programas, aliados ao despreparo técnico de gestores e demais profissionais para captação de recursos e preenchimento de demandas burocráticas, podem impedir que as ações e projetos socioambientais se efetivem na escola. Assim nos fica a inquietação: a quem cabe a responsabilidade para essa instrumentalização? Seriam os próprios gestores da escola os culpados? (formação fragilizada), os sistemas de ensino deveriam ter uma estratégia para capacitar e orientar seus agentes? Ou os processos de implantação dos programas necessitam ser revisitados para diagnóstico e reestruturação se necessário? Essas questões, surgidas durante o processo da pesquisa, nos possibilita inclusive o seu desdobramento, frente a importância que essa temática demonstrou ter. Não foi, nos casos relatados, um impedimento mas, um ponto de destaque.

Casos como de Barretos/SP, Sorocaba/SP e São Leopoldo nos permitem inferir o quanto é necessário refletirmos e construirmos propostas de educação de fato voltadas para a necessidade dos territórios. Mesmo considerando as COM-VIDAS mobilizadoras da participação local e capazes de possibilitar transformações significativas nos espaços escolares, o que elucidamos durante a apresentação das informações nessa pesquisa, reside a inquietação em saber como os processos continuarão se desenvolvendo, principalmente agora que, politicamente, vivemos um entrave em relação a Educação Ambiental no país com a extinção da SECADI. O Programa Mais Educação Ainda está ativo e dispõe financiamento para ações, dentre outras, de Educação Ambiental nas escolas, mas e o Programa Nacional de Escolas Sustentáveis? No decorrer dessa pesquisa não foi possível diagnosticar o andamento da total implantação da proposta no país, o que diagnosticamos por concreto é a continuidade das Conferências Infantojuvenis para o Meio Ambiente e o desenvolvimento dos Processos Formativos em Escolas Sustentáveis e COM-VIDAS, todavia até o presente momento não mais ofertados na cidade de Barretos/SP conforme informado pela coordenação do polo UAB da cidade. Há intencionalidade por parte da UFOP, de acordo com Dulce Maria Pereira, coordenadora do Cead/UFOP, de continuidade dos processos formativos, agora em modalidade de *stricto sensu*, todavia sem previsões, inclusive orçamentárias para tal.

Em nossa revisão bibliográfica, ao tratarmos das Conferências Infantojuvenis para o meio ambiente, pontuamos o protagonismo intrínseco nas COM-VIDAs através do lema “jovem educa jovem”, assim, as conferências possibilitaram a construção de coletivos jovem e da REJUMA, coletivos e redes atuantes até hoje.

Em janeiro de 2019 a REJUMA, através do Coletivo Jovem Nacional, mobilizou um movimento nas redes sociais através da #OMEIOAMBIENTERESISTE #CONTRAOESMONTE (Meio Ambiente Resiste/Contra o Desmonte) em resposta as mudanças de autoria governamental ocorridas nos Ministérios da Educação e Meio Ambiente, que impactaram diretamente os setores responsáveis pelo desenvolvimento a nível nacional da Educação Ambiental, tais como a extinção da SECADI¹⁷ - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, que tinha como objetivo assegurar o direito à educação com qualidade e equidade, tendo políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão social. E desenvolvia ações no campo de “Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial na perspectiva inclusiva, Educação Ambiental e em Direitos Humanos, Educação do Campo, Indígena e Quilombola e Educação para as Relações Étnico-Raciais”. Segundo Souza (2019) A extinção da SECADI, por meio do Decreto nº 9.465, de 2 de janeiro de 2019, se constitui como um retrocesso no campo dos direitos educacionais, e mostra-se como uma medida que vai na contramão do reconhecimento da diversidade, da promoção da equidade e do fortalecimento da inclusão no processo educativo. Paralelo a este movimento Redes de Educação e Educadores ambientais promoveram diversos manifestos diante das mudanças ocorridas.

A REBEA – Rede Brasileira de Educação Ambiental, bem como todas as demais Redes estaduais, municipais e temáticas, encaminharam, aos até então, Ministros de Meio Ambiente e Educação uma nota, que traçou um resgate histórico das Políticas Públicas de Educação Ambiental em caráter legislativo e conceitual e sua relevância para a construção de sociedades sustentáveis, objetivando assim, levar o atual governo, a compreender o impacto de cortes em setores e secretarias intimamente ligadas a possibilidade de desenvolvimento e financiamento de ações para Educação Ambiental Brasileiras.

¹⁷ As atribuições que competiam à Secadi estavam no decreto n.º 7.690, de 2 de março de 2012 e previam:

I – planejar, orientar e coordenar, em articulação com os sistemas de ensino, a implementação de políticas para a alfabetização, a educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial;

II- implementar ações de cooperação técnica e financeira entre a União, Estados, Municípios, Distrito Federal, e organismos nacionais e internacionais, voltadas à alfabetização e educação de jovens e adultos, a educação do campo, a educação escolar indígena, a educação em áreas remanescentes de quilombos, a educação em direitos humanos, a educação ambiental e a educação especial;

III – coordenar ações transversais de educação continuada, alfabetização, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, visando à efetivação de políticas públicas de que trata esta Secretaria, em todos os níveis, etapas e modalidades; e

IV – apoiar o desenvolvimento de ações de educação continuada, alfabetização, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, visando à efetivação de políticas públicas intersetoriais. (Brasil, 2012);

Sobre tudo que apresentamos e enquanto educadores ambientais, conscientes das contribuições e possibilidades dentro da perspectiva das COM-VIDAS, podemos inferir que, olhar a trajetória de Educação Ambiental, do território onde pertencemos, pode aflorar o sentimento de fazer mais e também fazer diferente. Diferente, pois além de únicos nos transformamos no tempo e espaço, diferente porque as necessidades, demandas e prioridades também se transformam. Talvez o que necessitamos, nesses tempos difíceis, seja a capacidade de voltarmos a sonhar e “sonho que sonhamos juntos pode ser realidade”.

REFERÊNCIAS

ALONSO, V.R.Z. Alonso. **A transição para a sustentabilidade no espaço físico escolar [manuscrito]: reflexos das ações da Com-Vida** na E.M. Dr. João Ferreira Lopes - Barretos/SP,2016

BARROSO, J.. A emergência do local e os novos modos de regulação das políticas educativas. In: *Educação: Temas E Problemas*, 12 e 13, 2013, p. 13-25.

BERNA, V. **Como fazer educação ambiental**. 2. ed. São Paulo, SP: Paulus, 2004

BRASIL. Ministério da Educação. Ministério do Meio Ambiente. *Formando Com-Vida e construindo a Agenda 21 na escola*. 2ª. ed. Brasília : MEC/MMA, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao7.pdf>> Acesso em mar de 2018.

_____. **Lei nº9.795, de 27 de abril de 1999**. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em 21 set. 2017.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. PCNs .Meio Ambiente e Saúde. 1997 Disponível em: < <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/meioambiente.pdf>> Acesso em: nov 2107.

_____. **Lei nº 10.172, de 9 de janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação e da outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110172.htm> . Acesso em: ago de 2017

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Ambiental**. Resolução nº 02 de 15 de junho de 2012.

_____. **Programa Nacional de Educação Ambiental – PRONEA**. 3ed. Brasília. Ministério do Meio Ambiente, Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental. 2005

_____. **Manual Escolas Sustentáveis**. Resolução CD/FNDE nº18, de 21 de maio de 2013. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, alfabetização, diversidade e inclusão.

_____. **DECRETO Nº 9.465, DE 2 DE JANEIRO DE 2019**. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação, remaneja cargos em comissão e funções de confiança e transforma cargos em comissão do Grupo Direção e Assessoramento Superiores - DAS e Funções Comissionadas do Poder Executivo FCPE. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2019/decreto-9665-2-janeiro-2019-787572-publicacaooriginal-157191-pe.html>>. Acesso em: jan.2019

BRASÍLIA. **Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola.** Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007.

BOFF, L. Saber cuidar: **Ética do humano – compaixão pela Terra.** Petrópolis, RJ. Editora Vozes.1999.

CARVALHO, I.C.M. **“Escolas Sustentáveis: três experiências no município de São Leopoldo-RS.** 2015

DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas.** 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DOURADO, J; BELIZÁRIO, F; PAULINO,A. **Escolas Sustentáveis.** São Paulo: Oficina de textos, 2015.

LOPES. E.M.E.F. Dr João Ferreira. **Acervo de fotos.** Barretos. 2018

LOPES. E.M.E.F. Dr João Ferreira. **Projeto Político Pedagógico.** 2013

FREIRE, M.L.R. **Ecocidadão.** São Paulo: SMA/CEA. 2008

FREIRE, P. **A escola.** Disponível em: <http://www.rizoma-freireano.org/a-escola-paulo-freire>. Acesso em: 05 jul.2018

FREITAS, E.M. “Programa Vamos cuidar do Brasil com Escolas Sustentáveis: **análise de uma experiência na Escola Estadual Antônio Padilha no município de Sorocaba/SP.** 2015

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação.** Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 2000.

_____ **Educar para a sustentabilidade.** São Paulo: Instituto Paulo Freire. 2008

GOHN, M. G. **Educação não formal, participação da sociedade civil e estruturas colegiadas na escola.** Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.14, n.50, p. 27-38, jan./mar. 2006. Disponível em: <<http://escoladegestores.mec.gov.br/site/8-biblioteca/pdf/30405.pdf>>. Acesso em: nov.2017

GONÇALVES, C.W.P. **Os (des)caminhos do meio ambiente.** São Paulo: Contexto, 2006.

GONÇALVES, J.A . **A gestão participativa na escola municipal Dr. João Ferreira Lopes e o diálogo existente entre a COM-VIDA, a comunidade escolar e a comunidade local.** UFOP, Ouro Preto-MG, 2016.

GUTIÉRREZ, F; PRADO, C. **Ecopedagogia e Cidadania Planetária.** 3. ed. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2002.

JACOBI, P. **Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade.** Cadernos de Pesquisa, n. 118, páginas: 188-205, mar. 2003

_____. Educação Ambiental: o desafio da construção de um pensamento crítico, complexo e reflexivo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 233-250, maio/ago. 2005

LEGAN, L. **A escola Sustentável: ecoalfabetizando pelo ambiente**. 1ªed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo. Pirenópolis/GO, 2004.

_____. **Criando habitats na escola sustentável: livro de Educador**. – Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, Pirenópolis, GO : Ecocentro IPEC, 2009.

LOUREIRO, C.F.B. **Premissas teóricas para uma Educação Ambiental transformadora**. Ambiente e Educação. Revista de Educação Ambiental. V.8, nº1, 2003. Disponível em: < <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/897>> . Acesso em: mar 2018.

_____. Educação Ambiental crítica: Contribuições e desafios. In: **Vamos cuidar do Brasil : conceitos e práticas em educação ambiental na escola** / [Coordenação: Soraia Silva de Mello, Rachel Trajber]. – Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental: Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental : UNESCO, 2007

LUCA, A.Q; BRIANEZI, T.; SORRENTINO, M. **O conceito de ‘Comunidade’ na Educação Ambiental**. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, V 4 a 7 out. 2010, Florianópolis. Anais... Florianópolis: ANPPAS, 2010.

LUCK, H. **A Gestão Participativa na escola**. Petrópolis-RJ, 2010

_____. **A Escola participativa, o trabalho do gestor escolar**, ed.Vozes. 7ª ed.Petrópolis-RJ, 2010.

MOREIRA, T. **Com-Vida: Estratégia de Governança na escolas**. Conferência Infantojuvenil do Meio Ambiente. 2013. Disponível em: <<https://ivcnijmasp.wordpress.com/>> . Acesso em: jun 2018.

PARO, V.H. **A educação, a política e a administração: reflexões sobre a prática do diretor de escola**. Educ.Pesq.vol.36 n.3, São Paulo, 2010.

PARANÁ . Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídrico. **O que são políticas públicas**. Disponível em: < <http://www.meioambiente.pr.gov.br/politicaspúblicas>>. Acesso em nov 2017.

PEGADO, M. **A justiça ambiental**. Disponível em:< Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/47150/a-justica-ambiental>>. Acesso em: jul.2018

PEREIRA, D.M. Processo formativo em educação ambiental: **escolas sustentáveis e com-vida: tecnologias ambientais**. 2ed.Ouro Preto: Editora da UFOP, 2015

REIGOTA, M. **O que é educação ambiental**. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

RUSCHEINSKY, A. **Educação ambiental: Abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

SACHS, I. **Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

SATO, M.; CARVALHO, I. **Educação ambiental – pesquisa e desafios**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

SATO, M; OLIVEIRA, H; ZANON, A; VARGAS, I.A.V; WISIACK, S.R.C/ PEREIRA, D.M. **Escolas Sustentáveis e COM-VIDA: Processos Formativos em Educação Ambiental/ Rachel Trajber e Tereza Moreira (coord)**. Ouro Preto: UFOP, 2010

SANTOS, L.M.F. et al. Discursos de Educação Ambiental produzidos por professores em formação continuada. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, v.12, n.2, 2012.

SANTOS, J. M; TORO-TONISSI, R.M. Avaliação da atuação da Comissão de Meio Ambiente e Qualidade de Vida de uma escola municipal da Barretos/SP e a inserção da Educação Ambiental no currículo. In SORRENTINO, M; BRIANEZI, T; RAYMUNDO, A. (Orgs) **Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis?** Livro eletrônico. São Carlos-SP: Diagrama Editorial, 2015.

SILVA, C.C.M.B.; TAVARES, H.M. Educação ambiental e cidadania. **Revista da Católica**, Uberlândia, v. 1, n. 2, p. 149-158, 2009.

SORRENTINO, M; TRAJBER, R; MENDONÇA, P; JUNIOR, L.A.F. **Educação Ambiental como Política Pública**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.31, n.2, p.285-299, maio/ago, 2005.

SORRENTINO, M; BRIANEZI, T; RAYMUNDO, A. **Como construir políticas públicas de educação ambiental para sociedades sustentáveis?** Livro eletrônico. São Carlos-SP: Diagrama Editorial, 2015.

SOUZA, M.F. **A extinção da SECADI e o campo da educação na conjuntura atual**. Disponível em: <http://www.justificando.com/2019/01/17/extincao-secadi-campo-educacao-conjuntura-atual/>. Acessado em: jan.2019

TRAJBER R.; MOREIRA T. (Coord.). **Escolas sustentáveis e Com-Vida: processos formativos em Educação Ambiental - Ouro Preto (MG)**. Ouro Preto: UFOP, 2010.

TRAJBER, R.; SATO, M. **Escolas Sustentáveis: Incubadoras de Transformações nas Comunidades**. Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v. especial, setembro. 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3396/2054> Acesso em: 17 de mar. 2018.

TORO-TONISSI, R.M; OLIVEIRA, H.T. **Percepção e caracterização ambientais da área verde da microbacia do córrego da Água Quente (São Carlos, SP) como etapas de um processo de educação ambiental**. Tese doutorado. Universidade de São Paulo, Depto de Hidráulica, Centro de Recursos Hídricos e Ecologia Aplicada, São Carlos, 2005.

TORO-TONISSI. Educação ambiental no currículo e atuação da COM-VIDA na Escola Municipal de Ensino Fundamental Dr. João Ferreira Lopes (Barretos/SP)- Por uma escola Sustentável. Barretos/SP, 2016.

UFOP, Universidade Federal de Ouro Preto. **Cead: Centro de Educação a distância.** Ouro Preto/MG. Disponível em: <http://www.cead.ufop.br>. acesso em: out.2018.

VEIGA, I.P.A, RESENDE,L.M.G (ORGS) **Escola, espaço do projeto político pedagógico.** Campinas-SP, Papirus, 1998.

ZANON, M.A. et al. **O outro, nossa responsabilidade na escola.** Ouro Preto/MG, 2010.